



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 5 de maio de 2023.

Edição 3925 | Páginas: 18

9ª LEGISLATURA | 64º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR-GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Rárison Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - Presidente;
- b) Deputado Jorge Everton - Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águia Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Armando Neto;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Catarina Guerra - Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral - Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Idázio da Perfil;
- g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Rárison Barbosa – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águia Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputado Armando Neto;
- f) Deputado Chico Mozart;
- g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputada Angela Águia Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águia Portella;
- e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águia Portella – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
- g) Deputado Coronel Chagas – 2ª Suplente.

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águia Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Idázio da Perfil;
- e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Processo de Indicação de Conselheiro do TCERR - Edital nº 004/2023 02
- Autógrafo do Projeto de Lei nº 271/2021 02
- Ata da Sessão Especial - 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 03

Superintendência Administrativa

- Publicação Extemporânea da Resolução nº 329/2023 17

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 4676 a 4687/2023 17

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

COMISSÕES

PROCESSO DE INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA EDITAL Nº 004/2023.

A COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 11/2023, DE 17 DE ABRIL DE 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição do Estado de Roraima e pelo Regimento Interno, que dispõem sobre o processo de indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima pela Assembleia Legislativa, suspende as datas referentes à sabatina e à deliberação pelo Plenário para escolha do indicado ao cargo de conselheiro do TCE-RR.

1. DASABATINA E DA DELIBERAÇÃO PELO PLENÁRIO

1.1 Ficam suspensas as datas referentes à sabatina e à deliberação pelo Plenário para escolha do indicado ao cargo de conselheiro do TCE-RR, previstas nos editais nº 001/2023 e nº 003/2023.

1.2 As datas da sabatina e da deliberação pelo Plenário para escolha do indicado ao cargo de conselheiro do TCE-RR serão divulgadas no diário oficial deste Poder.

1.3 A sabatina será realizada pela Comissão Especial Externa, criada pelo Ato da Presidência nº 11/2023.

Boa Vista, 5 de maio de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Comissão

AUTÓGRAFOS - PROJETOS DE LEI

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 271/2021

Dispõe sobre a contratação de jovens em eventos, projetos esportivos e culturais que sejam contemplados com benefício fiscal concedido pelo Governo do Estado de Roraima.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Os eventos, projetos esportivos e culturais realizados, que contem com benefício fiscal concedido pelo Governo do Estado, deverão reservar em suas contratações de mão de obra, um mínimo de 10% (dez por cento) a serem preenchidos entre jovens aprendizes, jovens que cumpram ou tenham cumprido medida socioeducativa ou jovens que estejam participando de projetos e programas sociais, esportivos ou culturais desenvolvidos pelo Governo do Estado, desde que se enquadrem em ao menos um dos requisitos abaixo:

I - Estejam matriculados e frequentando efetivamente o ensino fundamental ou médio;

II - Sejam oriundos de famílias cadastradas no programa bolsa família;

III - Apresentem defasagem de série/idade;

IV - Apresentem algum tipo de deficiência;

V - Estejam em tratamento por algum tipo de dependência química; e

VI - Estejam em situação de vulnerabilidade em razão de terem sido vítimas de violência, exploração sexual e situações análogas.

§ 1º Do total das vagas reservadas no caput deste artigo, um mínimo de 1/5 (um quinto) deverá ser destinado aos jovens que cumprem ou tenham cumprido medida socioeducativa.

§ 2º Na contratação de jovens inscritos em projetos esportivos, culturais ou sociais, deverá ser dada prioridade àqueles cujos projetos possuam pertinência temática com o evento realizado.

Art. 2º O Poder Executivo poderá editar normas complementares visando à regulamentação da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 21 de março de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual JORGE EVERTON
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS
2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

ATAS
**ATA DA SESSÃO ESPECIAL, EM 19 DE ABRIL DE 2023,
 PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA NONA LEGISLATURA
 DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO**

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia dezanove de abril de dois mil e vinte e três, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, deu-se a Sessão Especial para entrega de comenda Orgulho de Roraima para o Ex-Ministro José Aldo Rebelo, bem como para ministração da palestra “Oportunidade, Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento e Conservação Ambiental”, pelo ex-ministro da Defesa e conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), José Aldo Rebelo; e da palestra “Cenário Territorial de Roraima: Os Desafios à Sustentabilidade Econômica e Ambiental”, pelo advogado, mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia e responsável pelo processo de elaboração e aprovação do ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) de Roraima, Francisco Pinto.

O Senhor Mestre de Cerimônias **Renato Barbosa** – Senhoras e senhores, sejam todos bem-vindos à sessão especial, que tem por objetivo receber o senhor José Aldo Rebelo, que irá proferir a palestra com o tema “Roraima, Oportunidades, Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento e Conservação Ambiental”; e também o professor mestre Francisco Pinto dos Santos, que ministrará a palestra “Cenário Territorial de Roraima: Os Desafios à Sustentabilidade Econômica e Ambiental”.

Estamos ao vivo pela TV Assembleia canal 57.3, rádio Assembleia FM 98.3 e pelas mídias sociais desta Casa de Leis.

Convidamos a compor a Mesa dos Trabalhos, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, deputado Soldado Sampaio. Convidamos também o ex-Ministro e palestrante nesta sessão especial, José Aldo Rebelo; o presidente do Tribunal de Contas Célio Rodrigues Wanderley; o vice-reitor da Universidade Federal de Roraima, professor doutor Silvestre Lopes de Nóbrega; o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima Francisco José Brito Bezerra; presidente do Iater Marcelo da Silva Pereira; o advogado e cientista político Francisco Pinto dos Santos; o ex-deputado Ionilson Sampaio de Souza. Convidamos também o ex-governador de Roraima, doutor Getúlio Alberto de Souza Cruz; o presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh) Glicério Fernandes. Convidamos a presidente da Câmara de Vereadores do município de Pacaraima, vereadora Dila Santos; e convidamos também o presidente do Partido Social Cristão, pastor Frankembergen Costa.

Agradecemos aqui a presença dos alunos, professores e corpo administrativo das escolas estaduais Major Alcides e Hildebrando.

Convidamos todos os presentes para em posição de respeito ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro e em ato seguido o Hino do Estado de Roraima.

(Execução dos hinos)

Anunciamos a palavra do presidente desta Casa Legislativa, deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos. Sejam todos bem-vindos, mais uma vez, a esta Casa.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão Especial.

Bom dia, mais uma vez, a todos. Agradecemos a presença de cada um presente nas galerias. Agradeço àqueles que estão assistindo através da nossa TV Assembleia, que está transmitindo a sessão ao vivo, assim como a rádio Assembleia e nossas redes sociais. Agradeço os nossos convidados, os nossos estudantes, aqui presentes.

Primeiramente, agradeço a Deus e o nosso convidado, e ex-deputado, presidente da Câmara Federal, ex-ministro do Esporte, da Defesa, Ciência e Tecnologia, professor Aldo Rebelo. Obrigado, Aldo, pelo prazer de tê-lo conosco, desde o dia de ontem em Boa Vista, promovendo círculo de palestras junto a diversos segmentos da sociedade roraimense. Muito obrigado, Aldo, por sua presença.

Agradecer ao nosso colega de parlamento, hoje, presidente do Tribunal de Contas, ex-deputado e hoje, conselheiro Célio Wanderley. Obrigado, Célio, pela presença. Nosso ex-colega de parlamento, também conselheiro do Tribunal de Contas, Brito Bezerra. Obrigado, Brito.

O professor doutor Silvestre, vice-reitor da Universidade Federal de Roraima, sempre aqui presente nesta Casa. Ao professor Francisco Pinto, mestre. Obrigado, Francisco. Ele é o coordenador do nosso tão sonhado zoneamento.

Marcelo Pereira, presidente do Iater. Obrigado, Marcelo. Obrigado, também ao Glicério, presidente da Femarh; ao professor, ex-governador, doutor Getúlio Cruz: muito obrigado pela presença. É uma

honra recebê-los nesta Casa. A Dila, presidente da Câmara de Pacaraima, e em seu nome, cumprimento todos os vereadores aqui presentes. Obrigado, Dila, pela presença. Ao ex-deputado Ionilson Sampaio, ex-presidente da Femarh, um ativista na defesa de Roraima, no setor produtivo: obrigado, Ionilson, pela presença. Ivo Galindo, do Instituto Amazônico do Brasil; os professores aqui presentes e alunos das escolas Major Alcides e Hildebrando. Obrigado pela presença de cada professor, de cada aluno, aqui. Em nome do Frankembergen, cumprimento todos os presidentes de partidos aqui presentes, nossos convidados: obrigado pela presença. Cumprimentar nossos colegas parlamentares. Com permissão, cumprimentar, primeiro a nossa deputada mais experiente, deputada Aurelina Medeiros; deputado Coronel Chagas: obrigado, Chagas, líder do governo; deputado Eder Lourinho, presidente da Comissão do Meio Ambiente desta Casa; deputado Gabriel Picanço: obrigado, Gabriel. Deputada Tayla Peres, deputados Marcelo Cabral, Marcos Jorge, Dr. Cláudio Cirurgião, Chico Mozart; ex-deputado Chicão da Silveira, presente com a gente; Damosiel, Agilson, ex-prefeito de Caroebe, e demais aqui presentes. Obrigado a todos. Registrar a presença da deputada Catarina Guerra.

Senhoras e senhores, além de registrar a agradecer este importante momento do Poder Legislativo, onde temos a honra de reconhecer e conceder uma justa homenagem ao nosso ex-ministro Aldo Rebelo, homenagem essa proposta pelo ex-deputado Ionilson Sampaio, que segundo ele, já se tornou maior de idade, pois já está com 18 anos. Mas Aldo, você percebeu o carinho que os roraimenses têm por você, nas caminhadas de ontem e de hoje. Pela atenção dada por você aos assuntos amazônicos tendo como referência Roraima, é mais do que justo sermos grato a você, homenageá-lo e pedir que não desista, que nos ajude, nos acompanhe e nos orientem com sua experiência nesse enfrentamento de defesa da Amazônia, de defesa do país, em especial, na defesa do setor produtivo. Em Roraima, os últimos anos foram de lutas. Está aí, a deputada Aurelina, que inúmeras vezes esteve em Brasília junto com o ex-governador Ottomar, nosso atual senador Mecias, a nossa bancada de deputados federais, senadores, juntamente com esta Assembleia, que sempre está se posicionando na defesa de Roraima, na defesa básica. Na defesa, nós temos o direito, Aldo, às nossas terras, pois até então, nós éramos um estado virtual. Recentemente, com a lei aprovada de iniciativa do deputado Jonathan e com apoio da nossa bancada, conseguimos, depois de 30 anos, transferir as glebas para o Instituto de Terras de Roraima para que o instituto pudesse dar a titulação e as garantias aos proprietários. Imagina você ter por 50, 100 anos, uma família sendo posseira de uma terra e não poder ter o seu título, professor Getúlio, para buscar um financiamento em uma agência oficial, para poder investir na sua produção agrícola. Foram muito anos difíceis, de muitas lutas.

Quando se falava nas questões ambientais, pior ainda, havia a insegurança, a incerteza, o receio, o medo. Quando se falava das possíveis ampliações de demarcações de áreas indígenas, era um pânico, um terror, porque não sabíamos onde iriam chegar essas demarcações. E fomos dia a dia, sem desistir, com muita persistência, fomos avançando e hoje, podemos dizer, nos últimos quatro anos em especial, avançamos bastante. Avançamos e Roraima passou a ser referência no setor produtivo para o Brasil, onde somos testemunhas da quantidade de investidores que chegam, deputado Marcelo Cabral, diariamente, em Roraima, trazendo investimento, produzindo e os números demonstram isso, as estatísticas demonstram isso o quanto temos crescido. Saímos de 20 mil hectares de plantio de grãos, estamos chegando a quase 200 mil hectares de grãos plantados no estado de Roraima, assim como também temos discutido nesta Casa, cobrado do Governo, da bancada federal, um incentivo, um apoio à agricultura familiar. Está ali o Josias, da Cooperativa do Mel (Coopemel), empolgado, motivado, na produção de mel. Temos um dos melhores méis do mundo. Nós disputamos com o Piauí. Falo isso para se ter noção de como está a todo vapor o desenvolvimento do estado no setor primário. Ontem, em uma fala, Brito, nós que somos, Vossa Excelência que até então era da carreira política, dissemos sobre a importância desse crescimento econômico no setor primário, na geração de emprego, no nosso aumento de impostos, no fortalecimento do nosso comércio, falamos de como isso tem sido de grande relevância para o fortalecimento da economia do estado de Roraima. Uma outra conquista importante, deputada Tayla, é a mudança de mentalidade do nosso povo. Aquele estado refém da economia do contracheque, deputado Marcos Jorge, onde o pai criava o filho, formava o filho e depois a expectativa daquele filho era arrumar um cargo comissionado na Câmara de Vereadores, na Assembleia, no Governo do Estado, seja onde for, esse era o sonho de muitos jovens no estado de Roraima. Essa realidade está mudando, essa mudança de mentalidade está acontecendo. A gente olha os jovens hoje, buscando e falando, deputado Chagas: “não me interessa mais um cargo comissionado

de 3, 4 mil reais, eu quero uma oportunidade, eu quero ser agrônomo, eu quero ser veterinário, eu quero produzir, eu quero me inserir no mercado, eu quero comprar soja, eu quero vender milho”. E é assim que a gente percebe essa mudança de mentalidade e isso é de grande importância para nós, Aldo. Então, queremos deixar esse registro desse cenário que Roraima vive. Mas, ao mesmo tempo nos preocupa, quando a gente percebe, e isso será o tema da palestra do doutor Francisco, essa preocupação exagerada de proteção à Amazônia. Precisamos entender e compreender o que está acontecendo, saber como o mundo está observando a Amazônia, como é que vamos nos inserir; enquanto estado de Roraima. Esse é um dos fatos muito importantes que queremos abordar. Aldo e doutor Francisco, nos posicione para que nós possamos nos inserir nessa discussão, para nós não termos que depois, como fala o bom ditado popular: “correr atrás do leite derramado”. Isso nos preocupa, pois estamos vendo o nosso vizinho, nosso irmão gêmeo que é o estado do Amapá, sofrendo os retrocessos no setor produtivo. Ao olhar para o Amapá, percebermos no cenário internacional, no cenário nacional, alguns posicionamentos de representações populares, sejam elas as ONGs, sejam os partidos políticos, os governos, dando muita guarita a esse cenário, a essa proteção exagerada à região Amazônica. Nós não estamos alheios, nós estamos inseridos no meio da Amazônia. Então Aldo, isso é o que nós queremos, lhe explorar mais uma vez, para que o senhor deixe a sua contribuição, nesse sentido.

Então, obrigado pela presença de todos. Vamos ouvir o que é mais importante, os nossos palestrantes, o ex-Ministro Aldo e o doutor Francisco, que foi o coordenador do Zoneamento Ecológico-Econômico. Obrigado e bom dia a todos.

Convidar para compor a Mesa, o vereador Genilson Costa, presidente da Câmara de Vereadores. A Câmara também tem uma homenagem a conceder ao Aldo Rebelo, como cidadão boavistense. O vereador Dunga foi o autor da homenagem na Câmara de Vereadores. Faz tempo também, Chagas.

O Senhor Mestre de Cerimônias **Renato Barbosa** – Senhoras e senhores, seguiremos então com o círculo de palestras. A primeira palestra está sob a responsabilidade do advogado, bacharel em ciência política, especialista em perícia, auditoria e gestão ambiental, especialista em direito ambiental, especialista em direito eleitoral e mestre em sociedade cultura na Amazônia. Exerceu suas atividades profissionais na secretaria de produção rural do Amazonas, no Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazonas, na Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Renovação de Roraima, onde coordenou o processo de elaboração e aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima. Convidamos então para proferir a palestra com o tema “Cenário Territorial de Roraima: Os Desafios à Sustentabilidade Econômica e Ambiental”, o professor mestre Francisco Pinto dos Santos.

O Senhor **Francisco Pinto dos Santos** – Bom dia a todos e a todas. Primeiro, agradecer o convite do presidente Soldado Sampaio. É uma satisfação e uma honra muito grande até dividir um tema de extrema relevância com o conhecedor, com a autoridade que é o ex-ministro Aldo Rebelo. Para muitos, os dados que eu mostrarei aqui já são de conhecimento, para outros, acredito que são novos, do ponto de vista de dados quantitativos, mas reflete o que concretamente é o estado de Roraima. Nos alerta e ao mesmo tempo abre a preocupação e o desafio, sobretudo às autoridades públicas, aos pensadores, aos alunos, de como lidar com essa realidade que é o estado de Roraima, hoje. Então, vou me ater, especificamente, a essa apresentação do cenário territorial do estado e evidentemente que as perspectivas, os desafios, estarão muito mais no contexto para que a gente reflita. Eu não me aterei, especificamente, a cada um desses pontos, mas a realidade, ela servirá para que a gente reflita, exatamente dentro desse contexto de como se encontra o estado e como de fato a gente pretende caminhar dentro desse cenário.

(Apresentação de slide). Esse mapa é um mapa que foi trabalhado o Zoneamento Ecológico-Econômico, foi o mapa final. É o mapa que foi apresentado como mapa de gestão territorial do estado, então para muitos já é de conhecimento. O que é mais novo nesse cenário aí, são as unidades estaduais que foram criadas no Baixo Rio Branco, nesse verde mais clarinho (mapa). Um dado que eu fiz questão de colocar, é um dado recente inclusive, especificamente, no dia 13 de abril, que é o dado de desmatamento nosso, a fonte é do Deter, Terrabrasilis, nós temos 9.149 quilômetros quadrados desmatados, do tamanho territorial do estado como um todo, e isso equivale a 4,08% do estado. Está muito menor do que vários estados da Amazônia, o tamanho do nosso desmatamento real, isso o acumulado entre 1988 a 2022. Eu só peço que atencem à imagem do mapa anterior, para que a gente depois vá refletindo o que vimos lá atrás. O cenário nosso então é esse aí: de 100% do total da área do estado, 45,7% é de terras indígenas, alguns já viram esse dado com 46,3%, salvo engano. Qual o porquê dessa diferença? É que conforme aquela discussão toda que

houve: quando você tem sobreposição de terra indígena com unidade de conservação, afinal de contas o quê que prevalece? Prevalece a unidade de conservação. Então quando nós fizemos essa análise - isso é um entendimento do STF - acaba prevalecendo um ambiental em detrimento de todos os demais aspectos. Então, quando nós fizemos essa análise quantitativa no Zoneamento Ecológico-Econômico para que não contasse duas vezes, a gente então conta no percentual de unidade de conservação e deduz de terra indígena. É por isso que se alguns, de repente, verem 46%, esse número não está errado, é porque a gente, atendendo ao entendimento jurisprudencial, nós contamos então para unidade de conservação e não para terra indígena. Então, é 45,7%; Unidades de Conservação Federal é 8,6%; Unidades de Conservação Estadual é 11,8%; áreas militares é de 1,2%; áreas inalienáveis da SPU é de 0,9%. Eu peço que atencem a esse 0,9%, porque depois eu vou fazer uma discussão sobre isso; área urbana é de 0,1%; projetos de assentamentos é de 5,6%. O total de áreas institucionais é 73,9%; área remanescente 26,1% e total da área de uso, em dados absolutos, é de 31,7%. E porque só temos 26,1% de área remanescente? É porque para a área de uso eu somei a área remanescente com as áreas de assentamento, os assentamentos eles são para área de uso direto. Evidentemente, que você tem que daí, deduzir as áreas de reserva legal e as áreas de APP, que é o que eu vou demonstrar no slide seguinte.

Esse slide aí mostra a quantidade de unidade de conservação que temos hoje, as áreas ambientais no estado. Nós temos algumas áreas que são federais e temos as que foram criadas mais ultimamente no estado, para aquela questão de atingirmos até 65% do Estado em áreas protegidas de domínio público, então nós temos esse cenário aí de unidade de conservação entre proteção integral e uso sustentável.

Esse quadro diz, mais ou menos, onde cada terra indígena abrange por município. Nós vamos ter município, por exemplo, onde 99,9% está dentro de terra indígena. Quais? Normandia, Uiramutã e Pacaraima. Terras indígenas por município, esse quadro ele... você vai encontrar vários quadros, mas nesse mostra o esforço que nós fizemos de dividir o quantitativo de terras indígenas que existem por município, inclusive, teremos terras indígenas que irão aparecer em mais de um município, porque de fato elas abrangem o território de dois ou três. Esse é o outro também, porque nós temos 33 ao todo. Pode passar para o próximo. Mais um quadro sobre as terras indígenas, como eu falei. Volta um slide, por gentileza, pois eu queria chamar atenção para Pirititi, que não é uma terra indígena, criada ainda, mas ela tem uma portaria, inclusive, ela foi sendo renovada várias vezes, ela tem portaria para estudo. O estudo está em andamento e, diferentemente de unidade de conservação, e isso é um dado importante pessoal, por quê? Porque quando eu apresentar lá as áreas de interesse de unidade de conservação, a gente vai entender. Terra indígena ao ter uma portaria para estudo, bloqueia a área dentro do Sigef, então essa área não fica mais disponível quando você olha no Sistema Geral de Informações Geográficas, não está disponível, ela está bloqueada. Não quer dizer que a terra indígena esteja criada, mas criou a portaria para um grupo de estudo, bloqueia, diferentemente de unidade de conservação. Só bloqueia e só aparece no sistema quando de fato há o decreto, há um ato que a instituiu.

Esse quadro é bem importante porque ele demonstra para nós o nosso cenário em 80%, o que é hoje definido pelo Código Florestal e muito bem entende dessa matéria, o ex-ministro, porque foi o relator dessa discussão toda do Código Florestal. Esse cenário aí é o nosso cenário, inclusive, eu destaco aí a questão de reserva legal e área de proteção permanente. Na área que nós temos para uso a soma de área de reserva legal com APP equivale a 81,32%, ou seja, desses 100% dos 31% que eu havia apresentado lá atrás, a gente de fato só vai poder utilizar a 25,8%. O total destinado para uso disso aí, efetivamente, nós teríamos apenas 5,93%, dentro daquele 31% que eu apresentei que é a soma entre remanescente e assentamentos. Isso no cenário de 80%, que é hoje.

Com o Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado, haviam três condicionantes: Artigo 12, parágrafo 5º do Código Florestal, Lei n. 12.651, ele dizia o seguinte: se o Zoneamento Ecológico-Econômico estiver aprovado, se nós tivermos 65% de área protegida de domínio público e passar no Conselho Estadual de Meio Ambiente, o estado pode, se assim ele entender, reduzir a sua área de reserva legal de 80% para 50%. E o estado de Roraima assim o fez, por entender a necessidade, entender o contexto, assim o fez. O nosso cenário usando 50% ele ficaria dessa forma: nós teríamos um somatória em APP de 57,62% e teríamos do total do Estado 18,28%, só que aumentaria a área significativa para usar. Sairíamos, por exemplo, de uma área de APP que, evidentemente aumenta um pouquinho também, iríamos para 42,38%. Só que nós sairíamos de uso de 5% para 13,45%, ampliaria, significativamente, nesse cenário de 50%, reduzindo de forma efetiva. E nós já temos lei estadual em vigência e o que falta, de fato, é efetivar essa questão.

Esse mapa é um mapa recente, até pedi para que a gente fizesse, porque assim, isso aí são áreas protegidas pretendidas e o que é isso? E esse dado de terra indígena pretendido é um dado de 2019. Se a gente for hoje lá no Sigef, se você pesquisar, esses shapes não aparecem mais, mas ele é um dado de área pretendida, seja para ampliação ou criação de novas áreas indígenas de 2019, e ampliaria em 0,015%, isso é da área total do Estado. Em hectares, isso significa aí 335.857 novos hectares em terra indígena. Se a gente analisar o percentual é bem pequeno, mas em hectares é uma área significativa que ampliaria em novas áreas indígenas, seja de criação ou seja de ampliação, isso são áreas pretendidas não tem nada criado. Mas, naquele mapa anterior que eu disse para vocês guardarem a imagem ali do zoneamento, se isso for criado, aquele mapa muda significativamente, vai ter que fazer uma atualização do zoneamento e aquele mapa muda. Novas áreas de unidade de conservação é de 230.477,53 hectares, que significa 0,01%, mas também isso tem um significado no contexto da produção, no contexto do desenvolvimento econômico, porque nós estamos falando de duas ampliações pretendidas e duas criações, que é a criação Flona Jauaperi e Flota Parima e ampliação do Parque Nacional do Viruá e da Esec Maracá – Estação Ecológica de Maracá, são essas quatro. Isso é uma previsão do Decreto n. 6754/2009 que nunca se institucionalizou, nunca se efetivou, mas está aí. Nós não sabemos se, afinal das contas, sai ou não sai, mas é uma questão que está pretendida. É bom que isso fique muito claro, pretensão de unidade de conservação, ela não é efetiva criação, tanto é que se você for hoje no Sigef, apesar de que o Incra assim considera, o que a Lei n. 9985 que é o Snuc que define, o que a cria unidade de conservação é o ato do poder público e não existe ato nenhum que criou nenhuma dessas áreas aí pretendidas. Esse dado, eu trouxe até um dado do Ipea para que a gente tenha um cenário geral. Acredito que o ex-ministro, inclusive, vá endossar melhor esses números. Mas, esse número, por exemplo, para que tenhamos uma noção de quais atividades hoje são mais significativas no estado, o que é que o estado desponta, enquanto atividade econômica e aí, a gente tem ali disparado o quê? Por exemplo, no passado já foi madeiras e derivados, hoje, é a soja e seus derivados, ali com 22,4%. É apenas um dado, acredito que para muitos já é de conhecimento, mas para que a gente tenha uma noção, o que é que de forma mais significativamente se destaca, enquanto atividade econômica no estado.

Eu acho que nós temos alguns desafios. Como falei, eu não vou me ater muito nessas questões, mas diante do cenário que temos ali, nós temos alguns desafios, dentre eles: a implantação de um sistema único de informação de gestão territorial. Nós temos um problema, ainda no estado que é... se nós fomos na Femarh tem alguns dados, às vezes, por uma questão de erro, às vezes, é uma questão de você utilizar a mesma base, a mesma fundamentação, o mesmo roteiro e você tem, às vezes, uma diferença, quando você compara os dados da Femarh, dados do Iteraima, dados do zoneamento. Às vezes, como eu falei, não é o erro é a metodologia utilizada que dá essa diferença. Se nós tivermos um Sistema Único de Informações, e aqui está o deputado Marcos Jorge, que lembra disso, à época era secretário na Seplan. Nós discutimos muito sobre essa questão de sistema multifinalitário, onde você tivesse um dado único, padrão, onde todos os setores do governo tivessem acesso ao mesmo dado. Acho que esse é um dos principais desafios.

Uma outra questão é assegurar a capacidade de suporte com base nas subzonas que foram definidas dentro do Zoneamento Ecológico-Econômico. Muita gente pergunta assim, e várias vezes nos perguntam: “afinal de contas, no que hoje é tido como pretensão da unidade de conservação Flona Jauaperi, por exemplo, que tem dezenas ou centenas de família lá dentro, afinal de conta, a gente pode ou não usar?” Do ponto de vista legal, não há nenhum impedimento, nenhum! E eu digo isso, sem medo de estar errando, porque não tem ato que criou aquelas unidades de conservação. Agora, tanto é, que nas subzonas do zoneamento nós colocamos como zona de uso, só que esse entendimento precisa ter, inclusive, entre os setores do Governo do Estado, porque tem um que tem um entendimento e outro que tem outro entendimento e nós não podemos divergir em entendimentos em casa, precisamos ter um entendimento uniforme. Garantir a implementação da Lei do ZEE-RR, exatamente a questão de 50%. Sinceramente, há também entendimentos diversos em relação a isso. Na minha opinião não tinha que ter entendimento diverso, porque, enfim, Dr. Aldo conhece muito bem, inclusive, há um estudo do Ministério Público do Estado do Amapá, quem quiser acessar está disponível. Eles fizeram um vasto estudo em relação a isso, junto com o Tribunal de Contas do estado para analisar as possíveis inconstitucionalidades ou ilegalidade do Código Florestal. Isso é um estudo mais antigo, foi tão logo saiu o Código Florestal. No Artigo 12, parágrafo 5º, não é inconstitucional, esse entendimento está lá muito claro. Então, o que o estado de Roraima tem que fazer é efetivar os 50% que não depende, mas se o Governo

Federal vai entender que isso pode ou não pode. Agora, se ficarmos esperando o entendimento do Ministério do Meio Ambiente, eu acho que é mais maléfico ao estado. Investimento em revitalização de estrada; instalação de atividades econômicas sustentáveis assegurar o suporte de diversificação de produtos ambientais, enfim, são itens. Eu não vou me ater, especificamente a cada um, mas acredito que os principais desafios aqui foram os primeiros que eu elenquei e acho que eles merecem uma atenção especial.

Chamo a atenção para uma questão que é o que definiu a Legislação Estadual, a gente precisa sim caminhar, precisa perseguir o entendimento e uniformizar no estado de Roraima os esforços, os entendimentos e as atividades para que a gente consiga implementar avanços, que nos últimos anos aconteceram. As unidades de conservação criada, o zoneamento criado, a necessidade de ampliar esses estudos. Era isso, da minha parte. Agradeço mais uma vez, acho que fiquei nos 20 minutos pensados, agradeço e fico à disposição.

O Senhor Mestre de Cerimônias **Renato Barbosa** – Nosso muito obrigado ao professor mestre Francisco Pinto dos Santos, que acaba de apresentar a sua palestra. O próximo convidado a proferir a sua palestra, é natural de Viçosa/Alagoas, ex-ministro da Defesa da Ciência, Tecnologia, Inovação e dos Esportes. Ele é jornalista, escritor, deputado federal pelo Estado de São Paulo, por cinco mandatos, foi presidente da Câmara Federal de 2005 a 2007. Senhoras e senhores, para proferir a palestra: Oportunidades, Desafios e Perspectivas Para o Desenvolvimento e Conservação Ambiental, convidamos o ex-ministro Aldo Rebelo.

O Senhor **Aldo Rebelo** - Bom dia, senhoras e senhores, jovens aqui presentes. Meu querido amigo, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, deputado Sampaio; meu querido deputado Ionilson Sampaio, a quem devo a honra da indicação do meu nome, que já se vão 18 anos, para esta homenagem que hoje, aqui, recebo das senhoras e dos senhores; presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, Conselheiro Célio Wanderley; professor Silvestre Lopes, vice-reitor da Universidade Federal de Roraima; vereador Genilson Costa, a quem também agradeço a deferência da Câmara Municipal de Boa Vista que me concedeu, também, lá se vão alguns anos, a honra de cidadão dessa querida e bela capital da Amazônia e de Roraima; meu prezado Francisco José Brito Bezerra, Conselheiro do setor de contas; prezado Marcelo Pereira, presidente do Iater; professor Francisco Pinto, que nos ofereceu essa bela exposição sobre Roraima; meu prezado amigo, Dr. Getúlio Alberto de Sousa Cruz, que sempre me recebe aqui com muita deferência, ex-governador do estado de Roraima; prezado Glicério Marcos Fernandes; prezada Dila, presidente da Câmara Municipal de Pacaraima. Saudades do BV-8 e da sua cidade, minha querida vereadora. Meus queridos ex-deputados: Chicão da Silveira, Damosiel Lacerda e o FrankemBergen, com quem tive a honra de conviver na Câmara dos Deputados. Senhoras e senhores, deputados e deputadas: Marcelo Cabral, Chico Mozart, Eder Lourinho, Jorge Everton, Aurelina Medeiros, Armando Neto, Catarina Guerra, Coronel Gerson Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Gabriel Picanço, Lucas Souza, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Tayla Peres; senhoras e senhores, presidentes de partidos aqui presente, e minhas queridas alunas e queridos alunos, professores da Escola Estadual Hidelbrando Ferro e da Escola Estadual Major Alcides, muito obrigado pela presença das senhoras e dos senhores.

É uma alegria poder voltar ao estado de Roraima. É uma honra e uma enorme responsabilidade receber as honrarias que me são conferidas pela Assembleia Legislativa e pela Câmara Municipal de Boa Vista. Tenho de Roraima as melhores memórias e as melhores lembranças, algumas muito antigas; ainda da minha turma de estudo do exame de admissão, quando a geografia nos ensinava os pontos extremos do país e nos aprendíamos que nas nascentes do rio Ailã, na serra do Caburai, na fronteira da Guiana Inglesa, nós tínhamos o ponto mais ao norte das fronteiras da nossa pátria. Tenho também de Roraima a lembrança, talvez a mais importante derrota diplomática do nosso país, e, talvez, o assalto mais sórdido contra o nosso território que foi a retirada, que hoje é o estado de Roraima, 30 mil quilômetros quadrados ali na fronteira com a Guiana, em uma artimanha do Império Britânico, conduzida pelas suas organizações não-governamentais, criadas como braço dos seus interesses aqui em todo o mundo.

Essa crônica deve ser lembrada, permanentemente, porque hoje, aqueles que dizem que não há sobre a Amazônia nenhum tipo de interesse externo, nenhum tipo de cobiça, e que essas organizações não-governamentais estrangeiras não estão em busca do nosso bem; para proteger os índios, para proteger as florestas; proteger a biodiversidade, eu diria, como padre Antônio Vieira, não estão em busca do nosso bem, estão em busca dos nossos bens. E essa tônica, aqui do rio Pirara é a exibição mais antiga da cobiça desses interesses.

O Brasil já era um país independente no início dos anos de 1830, as fronteiras do Brasil já haviam sido demarcadas, desde a época do Tratado de Madrid, em 1750, era tudo Brasil, mas havia um problema que o Império Britânico precisava resolver. O Império Britânico não tinha acesso à bacia do rio Amazonas. Não tinha nenhum rio na fronteira do Brasil com a Guiana, que nascesse na Guiana e descesse em direção ao rio Branco, ao rio Negro e, portanto, ao rio Amazonas. E havia um rio que era o essequibo, que dava ao Brasil acesso ao Caribe. E, era preciso, portanto, descer a fronteira do Império Britânico e da sua colônia, que era a Guiana Inglesa, de tal sorte que o essequibo não desse acesso ao Caribe e que algum rio, no Brasil, desse acesso à bacia do rio Amazonas. E para alcançar esse objetivo, o Império Britânico enviou 2 geógrafos, 2 espíões, 2 agentes, que entraram no território brasileiro, sem permissão, mapearam a área que deveria ser ocupada pelo Império Britânico. Essa missão foi patrocinada pela Sociedade Geográfica Britânica, que foi uma das Ong's criadas nos idos de 1800 para que o império não expusesse uma ação de estado, mas sim uma ação de uma sociedade civil, que era essa a Sociedade Geográfica Britânica. E esses dois agentes mapearam essa área, enviaram o relatório para Sociedade Geográfica que enviou para o Governo Britânico. E, em seguida, o Império Britânico mandou uma missão religiosa para essa área demarcada pelos geógrafos, essa missão religiosa também sem consentimento da expedição, sem consulta ao Governo Brasileiro, instalou-se nessa área, recrutou e catequizou um grupo de indígenas e quando o Governo Brasileiro, império, mobilizando a província do Pará, mandou uma tropa e pediu a retirada dos religiosos. Eles conduziram os índios até a capital da Guiana, Georgetown e lá, esse grupo de indígenas pediu a proteção do Império Britânico, e o Império Britânico mandou uma tropa que ocupou essa área. O Brasil não tinha força para enfrentar o império, no qual "o sol nunca se punha", como dizia a Rainha Vitória e, no Império Britânico, o sol nunca se punha porque ele estava espalhado por todo o globo. O Brasil não tinha força e para que a Inglaterra não declare aquela área sob domínio britânico. O Brasil apelou para que fosse declarada área de litígio. O Governo Brasileiro pediu para que ela fosse declarada área de litígio, e como área de litígio ficou até início do século 20, 1903, 1904, 1905, quando o Império Britânico sugeriu que o rei da Inglaterra fosse o árbitro dessa disputa com o Governo Brasileiro, já então uma República; e o rei da Itália, que foi o árbitro, que não tinha nenhum apreço pelo Brasil, confessava, publicamente, o seu desapareço pelo Brasil, foi o árbitro e deu para a Inglaterra 30 mil quilômetros quadrados, mais que o estado do Alagoas, mais do que o estado de Sergipe, como parte do Império Britânico de uma área que era reconhecidamente do Brasil. E com isso a Inglaterra passou a ter acesso, via rio Tacutu, que ali encontra com o rio Uraricoera para formar o rio Branco, e descer para o rio Negro, e aí descer para o rio Amazonas. E, a Inglaterra alcançou seu objetivo, que na época, era fundamental e estratégico, que o único meio de transporte era o fluvial, não havia ferrovia, nem rodovia, nem havia ainda, muito longe, o transporte aéreo. E assim, com duas Ong's, duas Organizações Não-Governamentais, e depois com o apoio do seu exército, e com apoio da sua diplomacia, porque a Itália tinha recebido do Império Britânico uma parte da África, quando a França e a Inglaterra fizeram a partilha da África e deram um pedaço para a Itália. Coincidentemente, o rei da Itália nos tomou 30 mil quilômetros quadrados; o nosso advogado era o mais brilhante que nós tínhamos depois do Barão do Rio Branco...esse homem entrou em depressão quando foi derrotado e nunca mais voltou ao Brasil. Era nosso embaixador nos Estados Unidos e por lá ele ficou, pela derrota que não era esperada.

Então, essa crônica é a exibição do que nós vivemos hoje, por que a Amazônia, e eu falo da Amazônia porque o destino de Roraima está ligado ao destino da Amazônia, é inseparável. O que acontecer ao Amazonas acontecerá a Roraima e acontecerá ao Brasil. O Joaquim Nabuco, nosso advogado, o grande Joaquim Nabuco foi o nosso advogado, e recebeu a missão do Barão do Rio Branco, mas o rei da Itália já tinha outras intenções.

Pois bem, é o destino da Amazônia e o destino do Brasil que estão em jogo nos dias de hoje. E a Amazônia ocupou, definitivamente, o lugar mais nobre da agenda geopolítica global. Em toda e qualquer conferência da ONU, o assunto é Amazônia, o assunto é o clima, o assunto é o aquecimento, o assunto é o meio ambiente e quando esses temas são discutidos é a Amazônia que entra em debate. Quando há uma conferência da biodiversidade, como aconteceu nas Nações Unidas, no Canadá, é a Amazônia que está em debate. Quando o representante, o embaixador do clima dos Estados Unidos, que é um homem muito importante e muito influente, já encontrou 4 vezes com a ministra do meio-ambiente, duas vezes com o reeleito presidente da República, é a Amazônia, com insinuações que a Amazônia pode ser internacionalizada, que a Amazônia é patrimônio da humanidade, que a Amazônia não pode ser submetida apenas a soberania do Brasil.

A pergunta que precisa ser enfrentada e ser respondida é a seguinte: por que a Amazônia está no centro das preocupações do mundo? É apenas pelo meio ambiente? É apenas pelo clima? É apenas pelo aquecimento global? É apenas pela emissão de gases do efeito estufa? Não, é também por isso, mas não é apenas por isso, e nem principalmente por isso. A Amazônia está no centro do debate porque a Amazônia guarda a maior fronteira mineral do planeta, a mais importante fronteira mineral do mundo. As minas ou os minérios do mundo, ou estão concedidos ou estão em extinção. A única fronteira mineral nova, aliás duas, é a nossa e a da África. A da África está com todos os problemas de insegurança jurídica e desentendimentos entre os países, guerras tribais, então fica a Amazônia, porque não existe futuro, para a economia do mundo, sem minério? Não há ideia de que o mundo vai abandonar os chamados combustíveis fósseis que são poluentes, do petróleo, o gás e o carvão e transitar para uma economia verde sem minério? Não. Não existe essa economia verde sem minério. Quando o mundo começar a usar, em larga escala, os carros elétricos, todas as baterias dos carros elétricos, são compostas de minérios, ou chamadas de "terras raras". Não existe uma bateria que não tenha lítio, não tenha o cobalto, que não tenha o cobre, todas elas vão precisar desse minério.

Quando as senhoras e os senhores se deparam com essas fazendas de energia solar com aquelas placas imensas, tudo aquilo é minério; quando as senhoras e os senhores se deparam com aqueles equipamentos de coleta de energia eólica, movidas pelo vento, é minério. E qual o problema dos países ricos em relação a essa questão? O problema é que eles tendem a sair de um cartel de combustíveis fósseis, de petróleo, de gás, de carvão e cair no cartel de minérios raros, de terras raras, que hoje tem uma posição importante da China. Vocês imaginem os Estados Unidos, Alemanha e a França, administrando a transição para energia verde, e a China dominado a área de minérios raros e terras raras. Tanto que eles criaram uma diplomacia especial, a diplomacia de terras raras; tanto que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em uma reunião, em Bali, em dezembro do ano passado, eu acho que do G-20, disse que iria procurar investir em terras raras no Brasil para não cair no monopólio de terras raras por parte da China e outros que possam ter essa disponibilidade.

O atual comandante do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos, em um depoimento ao Congresso dos Estados Unidos, disse que o grande interesse dos Estados Unidos na América do Sul, e esse Comando do Sul, é um comando voltado para atuar no Hemisfério Sul, na América do Sul. Ela disse que é grande o interesse da segurança dos Estados Unidos, exatamente na área dos minérios na América do Sul. É preciso mais alguma evidência, algum testemunho, algum depoimento de que a Amazônia é muito mais importante que a questão do clima para o mundo? Ouvi um depoimento de um geólogo de uma grande companhia que atua na Amazônia, e ele perguntava sobre - aqui tem uma professora de biologia, mas quando a gente estuda química a gente estuda a tabela periódica. Acho que são 118 elementos na tabela periódica hoje em dia - e esse geólogo dizia o seguinte: "todos os elementos da tabela periódica você encontra na Amazônia, todos, é uma província mineral completa, de tudo o que há de minério há em disponibilidade na Amazônia".

Há uns 15 dias, em Manaus, eu participava de uma conferência, e eu conversava lá com um grupo de pesquisadores da área da exploração de gás, inclusive desse gás quem vem para Roraima, e eles diziam que encontrar o gás a 600 a 800 metros de profundidade, a sonda, ao perfurar, ela atravessa camada e mais camada de todos os tipos de minério. Petróleo, você tem no Amazonas da foz do rio Amazonas, lá no Marajó, até a fronteira com o Peru. Isso eu ouvia há anos de dirigentes responsáveis pela Agência Nacional de Petróleo, que não era explorado porque havia uma sabotagem, porque havia um bloqueio de Organizações Não-Governamentais estrangeiras e de agências do estado brasileiro: Ibama, Ministério Público e outras. Recentemente, proibiram a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, em uma iniciativa do Ibama e do Ministério Público, mas, ao mesmo tempo, você tem a Noruega explorando petróleo no mar do norte. A Noruega pode e nós não podemos? E o Governo Brasileiro cria um curso de engenharia e petróleo na Universidade Federal do Pará, e deixa como alternativa para o menino e a menina que se formar em engenharia do petróleo na universidade do Pará, se quiser, vá trabalhar na Noruega, porque lá pode explorar, no Brasil eles querem proibir.

Então, precisa considerar, minhas senhoras e meus senhores, o interesse internacional na fronteira mineral na Amazônia. Essa fronteira mineral pode desequilibrar a correlação de forças no mundo, pode tornar o Brasil um país decisivo no futuro da economia mundial. Então, essa é uma causa importante que nós devemos examinar para que a nossa Amazônia ocupe um lugar nobre na agenda do mundo e dos interesses internacionais. Há um outro fator também, a biodiversidade. A indústria do futuro estará ligada a biodiversidade; a indústria farmacêutica; a indústria química,

a indústria de cosméticos; a indústria de alimentos; indústria de novas energias terão suas fontes importantes na biodiversidade. Trinta por cento da biodiversidade do mundo está na Amazônia. Quando a ONU fez, recentemente, em dezembro, a sua conferência de biodiversidade no Canadá, dois temas polêmicos marcaram a disputa nessa conferência, primeiro tema, vejam bem: qual a proporção de biodiversidade do mundo tem que ser protegida? A meta da ONU estabeleceu que 30% da biodiversidade do planeta tem que ser protegido. Todos os países aceitaram, o Brasil também aceitou, mas o Brasil propôs um adendo de que os 30% fossem obrigatórios para todos os países e para cada país. O que os países ricos disseram? Não, 30% é uma meta global. E por que 30% é a meta global? Porque o Brasil e a África, principalmente o Congo, a Indonésia protegem um percentual muito maior de biodiversidade, a necessidade de proteção dos outros vai diminuir, e é claro que Europa e Estados Unidos, principalmente, não estão dispostos a reconstruir a sua biodiversidade porque não existe biodiversidade sem a natureza na sua condição nativa. Porque se a meta é global, se a meta é por país, o Brasil vai ter que ter 30%, mas a Inglaterra também, os Estados Unidos, a França, a Alemanha. Se a meta é global. Não. Se eu sou um país e protejo 60% e o presidente Sampaio é outro país e não protege nada, a nossa média vai ser 30. Eu estou protegendo para que ele cumpra uma meta global. Então é assim que os ricos se comportam e essa meta foi imposta desse jeito. E a resolução da ONU saiu como meta global. Qual foi a outra disputa? A distribuição da riqueza oriunda da exploração da biodiversidade. O Brasil, a Indonésia e o Congo queriam que ficasse definido na declaração da Conferência o que cada país, detentor de biodiversidade teria como participação em algum produto oriundo dessa biodiversidade: um remédio, um fármaco, uma indústria química, um cosmético. Qual foi a posição dos países ricos? Minhas queridas e meus queridos alunos, a posição dos países ricos foi a seguinte: Não, nós vamos mapear -aliás, já mapearam- o sequenciamento genético da biodiversidade sem identificar a origem, registrar isso em um banco genético dos países ricos. “Ah, mas vamos colocar à disposição de todo mundo”, não adianta nada, porque isso só vai servir para quem domina a tecnologia, para quem pode converter essa biodiversidade em um produto químico ou farmacêutico. Ninguém é proibido de fabricar vacinas. Por que só 4 ou 5 países fabricaram vacinas para essa covid? Porque só eles tinham a tecnologia. A fabricação de vacinas é livre, hipoteticamente. O Brasil teria direito também de fabricar, Argentina, o Chile, mas só os países que tinham tecnologia puderam fabricar. Então, essa biodiversidade à disposição do mundo é uma farsa, porque na verdade só vai poder ser utilizada por quem tem a tecnologia. Eu estive um dia desses em Paragominas, no sudoeste do Pará e lá depois de uma conversa em um jantar, alguém disse: “não, acabou de sair daqui uma equipe de pesquisadores alemães que vieram em busca de uma fruta, da qual seria extraída a cura desse mal do Alzheimer, essa doença do esquecimento”. Agora, os jornais divulgaram que registraram a patente do jambu nos Estados Unidos, e no Japão já tinham registrado a patente do cupuaçu.

O maior escândalo de pirataria da história da humanidade, foi aqui na Amazônia. Quando os ingleses, sempre eles, enviaram um espião. O Brasil monopolizava o comércio da borracha no mundo, o Brasil produzia 95% da borracha no mundo. E a borracha passava a ser ao lado do petróleo e do aço, um fator chave na indústria que surgia, porque nada podia ser construído sem borracha, um navio não podia ser construído sem borracha, uma locomotiva não podia ser construída sem borracha, um automóvel não podia ser construído sem borracha. A borracha era um insumo essencial para as novas indústrias. E o que é que a Inglaterra fez? Mandou um espião. Esse homem reuniu 70 mil mudas de seringueira, subornou a alfândega de Belém, porque ninguém sai com 70 mil mudas de seringueiras sem ser percebido. Subornou a alfândega de Belém, embarcou com essas mudas, elas foram plantadas no jardim botânico de Londres, passaram por um processo de adaptação e depois foram levadas para a Ásia e 30 anos depois quem produzia 95% da borracha do mundo era a Inglaterra. Tem um livro de um escritor americano chamado “O ladrão do fim do mundo”, que detalha a crônica desse assalto, dessa biopirataria cometida pelos ingleses, já no final do século XIX. É a crônica da relação desses países com a nossa Amazônia. Então o que está também decidindo a presença e a importância da Amazônia no cenário mundial é a biodiversidade. Quando eu era ministro da Ciência e Tecnologia, a primeira ministra da Alemanha, dona Angela Merkel organizou uma visita ao Brasil com 12 ou 13 ministros alemães. Era uma grande visita para ampliar as relações e o comércio do Brasil com a Alemanha e veio com a equipe um grande número de pesquisadores da área de ciência e tecnologia, e eu tinha que preparar uma agenda para esse grupo de alemães. E propus que eles visitassem alguns laboratórios em São Paulo, o Centro Espacial, o Centro de Energia Nuclear, o laboratório de aceleração de partículas que temos em Campinas. Não, eles queriam vir para a Amazônia. Eu organizei

a visita, pegamos um avião da FAB, trouxemos para Manaus, de Manaus coloquei em um barco, visitamos uma torre de observação de 350 metros que nós temos lá na Amazônia. Mas era o interesse pela Amazônia, não quiseram saber dos centros de pesquisas de São Paulo, do Rio de Janeiro, dos institutos de matemática, de aeroespacial, o CTA, o ITA. Não, queriam vir para a Amazônia. Eu atendi e vim, mostrei, conversamos sobre isso. Até inauguramos a possibilidade de uma cooperação com os grandes laboratórios e as grandes empresas alemãs na área de biotecnologia, mas era o interesse da grande indústria alemã, onde estão grandes gigantes da indústria química e farmacêutica com longa tradição sobre a Amazônia. Mas é somente a biotecnologia, somente a biodiversidade? Não, há um outro fator importante que as senhoras e os senhores devem considerar para explicar a presença da Amazônia no cenário geopolítico global. É a água, a água. A água, já hoje, é comercializada como um commodity, como uma mercadoria na bolsa de valores de Nova York. A água na bolsa de valores em Nova York, hoje é uma mercadoria que se vende e se compra como outra mercadoria qualquer. E a vice-presidente dos Estados Unidos em uma palestra, em uma universidade americana que vocês podem encontrar um trecho aí na internet, no youtube. A dona Kamala Harris declarou que a guerra do futuro será a guerra pela água, não será mais a guerra pelo petróleo. Que a guerra do petróleo é uma guerra do passado. Eu vi essa declaração e até fiz um comentário para a televisão dizendo: “olha a guerra do petróleo era a guerra de quem tinha petróleo e de quem precisava de petróleo”. Como será a guerra da água? Eu disse: “como será a guerra da água, ninguém sabe, mas é preciso que quem tem a água coloque as suas barbas de molho”. E onde é que está a água do mundo? Uma parte dela importante está na Amazônia. Só o rio Amazonas é responsável por 20% de toda vazão de água doce do planeta. É algo tão exuberante que quando você compara com o rio Nilo, por exemplo, você vê a grandeza do rio Amazonas. Do rio Amazonas na estação seca tem uma vazão de mais de 200 mil metros cúbicos por segundo. Dá para inundar o mundo, enquanto a gente faz essa atividade aqui, 200 mil metros cúbicos por segundo. Para se ter uma ideia do que isso representa, compare com a vazão do rio Nilo, que é o grande rio do Egito e da África. Sabe qual é a vazão do Rio Nilo? 3 mil metros cúbicos por segundo. 3 mil metros cúbicos por segundo, ou seja, 10, 30, 10, 10, 10, sei lá quantas dezenas de vezes o Amazonas oferece como vazão. Na Região Amazônica nós temos 340, 350 mil quilômetros quadrados de água doce de superfície. Nosso querido estado de Roraima tem 220, 220 e poucos mil quilômetros quadrados. Então, você tem mais do que o estado de Roraima de água doce de superfície. Se você for considerar o Alter do Chão, que é o maior aquífero do mundo, que também está na Amazônia, se você for considerar todos os rios da Amazônia, todos gigantescos, não têm na Europa um rio do tamanho dos principais afluentes do Amazonas. Se você for considerar todos lá dentro do Javari, o Juruá, o Purus, o Madeira, o Tapajós, o Xingu, Tocantins, que são os maiores, ou do lado esquerdo aqui o Rio Negro, o Trombeta, o Japurá e tantos outros. Eu não decorei isso para essa palestra não, viu. Eu decorei isso para o exame de admissão, lá em 1968. Quando a gente tinha que estudar geografia e a minha professora de geografia exigia que você decorasse na ordem direta do ocidente para o oriente. Você tinha que decorar e tinha que ser na sequência certa. O Javari, o Juruá, o Purus, tinha que ser nessa sequência, senão ela mandava você copiar 600 vezes em três cadernos, então era melhor aprender. Pois bem, então você tem esses rios, você tem na Amazônia uma fábrica de energia. O que é a fábrica de energia? Vocês sabem que a Amazônia é a exportadora de energia para o sul e para o sudeste. Essas três grandes hidrelétricas que tem aqui Tucuruí, Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e Balbina exportam energia, menos para Roraima né? Que foi bloqueada. Foi impedida. Bloqueada mesmo, em uma ação de uma ONG que tinha um parente e outro parente na FUNAI, fazendo esse serviço. Pois bem, então, você tem esses rios. Se você olhar os rios que descem na planície amazônica, os que nascem no planalto central, quando chega na planície ele passa por um declive, então tem uma sequência de cachoeiras. O rio Madeira tem 19 cachoeiras entre Porto Velho e a fronteira com a Bolívia, 19 cachoeiras, duas foram usadas: Santo Antônio e Jirau. O rio Tapajós também tinha essas cachoeiras. O rio Xingu também tinha essas cachoeiras; o Tocantins tem essas cachoeiras, ou seja, é uma fábrica de energia para o Brasil, bloqueado também por interesses internacionais. Aqui em Roraima eu vejo na literatura que era para ter uma hidrelétrica, aqui no Rio Cotingo. Por que é que nunca foi feita? Porque nós tivemos que esperar até hoje e vamos esperar mais não sei quanto tempo para o Linhão de Tucuruí atravessar essa área indígena contestada para chegar a Boa Vista. Que nos faz dependente ou da energia dos venezuelanos ou das nossas usinas a petróleo das nossas termoeletricas. Por que não foi feita a hidrelétrica do Rio Cotingo? O que é que explica que um estado não possa usar dos seus recursos naturais? Roraima não produz um litro de etanol. Quando eu

andei aqui antigamente diziam que o etanol de Roraima vinha de São Paulo, não sei de onde vem hoje, eu sei que continua sem produzir etanol. Eu passava aqui na periferia de Boa Vista e via lá uma sucata de equipamentos que seria uma destilaria que nunca foi montada. Eu vi isso aqui, passando, essa sucata jogada porque tinha sido proibido. Como é que você pode proibir. O estado de Alagoas, eu sou de Alagoas, um estado pequeno vinte e pouco mil quilômetros quadrados - deve ter município de Roraima desse tamanho- tem um número grande de destilarias. Alagoas pode fabricar o seu etanol. Por que Roraima está proibida? Por que Roraima tem que importar farinha de mandioca do Pará, do Amazonas e de Rondônia? Por que isso? Por que Roraima tem que aceitar que um município tenha 99% de sua área sem nenhuma autoridade do chefe do Poder Executivo, da Câmara Municipal? Isso é uma imposição aceitável?

Eu agradeço aos alunos aqui presentes que vão ter que se retirar. Agradeço às crianças, agradeço as professoras, desejo boa sorte. E quero dizer, antes de vocês saírem: “a Amazônia e o Brasil não podem negar a vocês o direito ao futuro e a esperança”. O que é que vocês vão fazer quando terminarem o segundo grau? uma escola técnica, uma universidade, para fazer o que, depois? Que profissão vão ter? Abraçar uma seringueira e uma castanheira e ter a vida garantida por isso? Não, vocês têm direito a viver em um país e em um estado que garanta a vocês uma economia onde vocês possam ter uma profissão e ter uma vida digna. Essa deve ser a nossa luta, esse deve ser o nosso objetivo, garantir a vocês também um futuro. Muito obrigado pela presença. Professora, quando quiser sair com as crianças, por favor, fique à vontade. Muito obrigado pela presença.

Pois bem, então, eu lembro quando houve a demarcação da Raposa Serra do Sol, além dos arroteiros, que foi uma batalha que nós perdemos porque foram retirados, a ideia também era retirar os municípios de Pacaraima e de Uiramutã. E eu lembro que eu levei a prefeita do Uiramutã, o presidente Lula, que era do partido dele a prefeita, era do PT, a prefeita Florany Mota. E eu disse: “diga para o presidente o quanto tempo sua família está nessa região”. E ela disse que o avô teria chegado naquela região em 1908. Ela era invasora de quê? Invasido o que exatamente? Que profissões nasceram, os pais já nasceram, eles já nasceram considerados intrusos, que tinham que ser expulsos. Aí na decisão final, acho que o presidente deve ter pedido lá e o Supremo respeitou, porque foi uma canetada do ministro do Supremo que decidiu pela demarcação em área contínua sem nem passar de avião por Roraima. Eu conversei com ele: “ministro, o senhor foi a Roraima? O senhor ouviu alguém, ouviu algum índio?” Ele: “não, decidi porque tinha que decidir”. Então deixaram lá. Em Pacaraima... me diziam na época, que até a água ficou dentro da área indígena. Nem a água o município teve, deixaram só a área urbana, na verdade. Eu acho que essa violência que é praticada contra o estado, é inadmissível. Isso não tem racionalidade, isso não tem justiça. O que há é um espírito de vingança? Esse quadro que foi tratado ali pelo professor Francisco Pinto, expõe. Como é que você pode confiscar 95% da área do estado e deixar apenas 5% para alguma atividade econômica, mas o modelo é o do Amapá. O Amapá há 5 ou 10 anos tinha 30 mil hectares de área cultivada, o que é muito pouco para um estado que deve ter lá 190 mil quilômetros quadrados, o estado do Amapá. Essa área foi reduzida para 4 ou 5 mil. Ora, reduzir de quatro ou cinco mil para 0 é um passo, se já reduziu de 30 mil para quatro ou cinco mil. Então, o modelo é o do Amapá, é o de inviabilizar qualquer atividade econômica, porque a atividade econômica viabiliza a ocupação e a presença brasileira na Amazônia. Não tenham ilusão com isso. Isso não acontece por acaso. A Amazônia convive com três governos disputando o comando da região. O governo institucional, o estado institucional, e é o da União, do estado e o do município. E dois estados paralelos, os das organizações não-governamentais estrangeiras com muitos recursos. É muito dinheiro. Eu ando pela Amazônia inteira, às vezes eu me hospedo em um hotel e a única pessoa que está falando português sou eu e a moça que faz a tapioca, está todo mundo em volta falando inglês, não sei se é brasileiro falando inglês com outros estrangeiros. Eu pergunto para a recepção: quem é esse pessoal? São pesquisadores.

Pesquisadores e mais pesquisadores, aí, você tem um pesquisador que entra em uma área indígena para estudar a “preguiça gigante”, e depois é flagrado retirando sangue do índio, que tem resistência à malária. É esse tipo de pesquisador? Ou como uma ONG aqui em Surucucu que eu visitei, lá na área Yanomami. Nessa, quando eu cheguei, eu estava com o exército, eu era presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, encontrei aqui com o comandante da Brigada de Infantaria de Selva. Vim com o coronel Villas Boas, depois foi general e comandou a Amazônia, para fazer uma visita aqui. E quando nós chegamos em Surucucu, já tinha uma moça de uma ONG. E como chegou lá? Não dá para chegar de carro, não dá para chegar de barco, então ela tinha o próprio meio. E uma moça que não era nem servidora pública - tem testemunhas

desse episódio - disse: “o senhor pode entrar porque é deputado, mas o coronel e o general não podem entrar”. Alguns anos depois, o deputado Éneas voltou a esse mesmo lugar e dessa vez nem os deputados e nem o governador de Roraima puderam entrar nessa área. Tem esse depoimento do deputado Éneas no Congresso Nacional. Eu disse: “mas a senhora -muito jovem- não é nem servidora pública, eles são oficiais do exército, isso aqui é uma área de domínio da União”. Não podem.

Naturalmente, eles tinham um serviço de inteligência, de informação, que sabia da nossa presença, essa ONG depois foi acusada de desviar milhões do Ministério da Saúde, podem procurar na internet que vocês vão ver, milhões. Isso foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Bem, o drama e o dilema da Amazônia e de Roraima, vão exigir a mobilização, a nossa luta. Não há escolha. Que escolha nós fazemos? Eu falei do estado paralelo das Ongs, vou falar de outro, é o narcotráfico. Em Manaus, amigos que circulam pelo estado do Amazonas, me disseram que em uma certa cidade da fronteira com o Peru e com a Colômbia, o prefeito disse a um desses meus amigos: “olha, acabei de perder o posto de principal empregador do município, e perdi esse posto para o narcotráfico”. Porque se você não oferece perspectivas para a juventude, e a perspectiva para a juventude é a atividade econômica, o que essa garotada, que amanhã vai entrar em uma universidade para estudar, agronomia, veterinária, zootécnica, engenharia florestal, pedagogia, direito, vai fazer? Vai pedir uma passagem para o pai, como eu vi lá em Santarém, formou-se, no outro dia pediu uma passagem para o pai e foi embora, porque não tem trabalho, não tem emprego.

Tem emprego para as Ongs, tem dinheiro para as Ongs que vivem lá em condomínios fechados, como se fossem administradores coloniais numa colônia africana, porque nas colônias africanas era assim, eles faziam os seus condomínios fechados, botavam uma placa, como na China: proibida a entrada de cães e de chineses, e ficavam ali.

São assim que eles se comportam, frequentam os mesmos restaurantes, os mesmos circuitos, quando não estão no avião para rastear recursos na Europa e nos Estados Unidos, porque são todas Ongs europeias e americanas, estão circulando na Amazônia para bloquear o direito de quem? Não é nosso, nós já estamos passando, tá certo, é dessa garotada aí. Não fazer o quê? Você vai fazer um curso de engenharia e depois estudar anos e anos de cálculo 1, cálculo 2, cálculo 3, resistência dos materiais e depois não, você vai se abraçar a uma seringueira, com uma castanheira e vá se virar com isso. Se você inviabiliza a atividade econômica, vai inviabilizar a atividade para eles. Eu fiz uma aula inaugural a uns dias na Universidade Federal do Amazonas, e um professor de Parintins. Vejam só, entrou na pergunta pela internet e disse: “olha, em Parintins, o rebanho bovino nos últimos cinco anos caiu de 150 mil cabeças para 50 mil cabeças, e os proprietários que abandonaram as suas áreas estão na periferia de Parintins”.

Eu fui fazer uma palestra no município de Uruará ali na Transamazônica, o prefeito estava lá e disse: “olhe, em três meses com duas operações do Ibama, Polícia Federal, Polícia Florestal no município de Uruará, o desemprego passou em três meses de dois para dez por cento”. Um outro proprietário de Humaitá ligou para mim e disse: “olhe, perdi três sobrinhos para o narcotráfico”. Porque o garoto olha e diz: “você é um fracassado eu vou viver aqui assustado dia e noite, porque pode chegar o Ibama a Polícia Federal, Polícia Florestal, Ministério Público, para tratar quem está criando uma vaca como criminoso”. Enquanto isso, os rios estão sendo tomados, pelo Comando Vermelho, pelo PCC, pela Família Norte e por todo tipo de crime, mas o criminoso, que é procurado, que o estado encontra, porque tem onde encontrar, que ele tá ali, tomando conta da sua vida, é quem está criando uma vaca, plantando uma roça. Agora, o Ministério Público proibiu uma estrada que estava sendo construída no Acre para dar acesso à cidade mais isolada do Acre, que é Santa Rosa do Purus. Conheço Santa Rosa do Purus. Lá tem um pelotão de fronteira, e nesse pelotão de fronteira, quando eu fiz uma visita, o prefeito foi lá no pelotão e disse: “olhe, a única médica do município que nós temos é uma moça, tenente do exército, para o senhor não tirar ela daqui”, porque já estava passando o tempo de ela ser removida.

E você proíbe uma estrada, um servidor público do estado brasileiro, uma estrada que vai transportar doente, estudante, mercadoria? Não, isso é inadmissível. Ou alguém enfrenta essas corporações, ou elas vão destruir a Amazônia. Elas têm que ser confrontadas, respeitosamente, mas têm que ser enfrentadas, têm que ser enfrentadas, não pode.

O município de Altamira tem 159 mil quilômetros quadrados, têm distâncias dentro do município de até 1.300 quilômetros dentro do mesmo município. Isso dá para você ir de São Paulo a Brasília, ou São Paulo a Porto Alegre, com a diferença de que você vai em pista dupla até Brasília, enquanto que em Altamira você tem que ir de barco, ou fazer

arrodeios que passam por... Claro que se alguém é mordido por uma cobra ou tem uma apendicite aguda, não vai chegar vivo no hospital, não tem como. Poderia ter um helicóptero, um avião para o município? Poderia, mas não, está tudo sendo queimado, eles queimam por aí afora, porque o que parece que move não é justiça, é vingança.

Você tem aqui o linhão de Tucuruí, que ainda não chegou. Você vai precisar daqui a pouco restaurar a BR-174. Eu digo ao presidente da Assembleia, aos senhores deputados, aos empresários que estão aqui, que se preparem para enfrentar uma batalha, porque a 319 foi bloqueada e acabou. São várias decisões judiciais de juízes que não sabem nem o que é a Amazônia, não conhecem a Amazônia, representante de um Ministério Público que faz um concurso, chegam lá de um estado do Sul, sem saber que é Amazônia e resolvem decidir o destino da Amazônia.

Então é preciso que nós nos preparemos para o futuro. Vai ter a Conferência do Clima em Belém em 2025, eu falei com o governador, tenho falado com os prefeitos, com as Assembleias Legislativas, com a OAB, com os empresários, com a indústria, com o comércio, com os sindicatos. Eu digo: “ou vocês prestam atenção nessa conferência para que ela discuta não apenas o clima, mas discuta também o direito ao desenvolvimento, ou vai ser uma conferência contra a Amazônia”.

Ela não vem aqui para ajudar a Amazônia, ela vem aqui com uma agenda preparada para ampliar esse bloqueio, para ampliar o modelo Amapá. É esse o objetivo dessa conferência. A primeira conferência do clima organizada pelas Nações Unidas foi em 1972, a Conferência de Estocolmo.

Naquele tempo, o governo militar designou um grande embaixador, o embaixador Araújo Castro para chefiar a delegação brasileira, quando houve a primeira reunião preparatória, deputado, o embaixador Araújo Castro, que tinha sido Ministro das Relações Exteriores do João Goulart, era um homem muito experiente e respeitado. Ele foi em cima da questão e disse: “olhe, essa conferência de vocês, dos americanos e dos europeus, não é conferência do clima, isso é uma conferência do congelamento do poder mundial”. Foi essa a expressão que ele usou. Congelamento do poder mundial. E traduziu: “congelamento do poder mundial é dividir o mundo em dois tipos de países, os consumidores de matéria prima e os fornecedores de matéria prima”. Só que nós não vamos aceitar, o Brasil não vai aceitar essa agenda. Ou a agenda vai comportar o direito ao desenvolvimento ou essa conferência não vai acontecer. E ele conseguiu a aliança dos países africanos, da China, da União Soviética, da Índia, e a conferência impôs aos Estados Unidos e a Europa Ocidental uma grande derrota diplomática, porque teve que contemplar a agenda do clima e a agenda do desenvolvimento.

O que eles querem nessa conferência de Belém é apenas a agenda do clima, porque todo o recurso das Ongs é para o clima. Têm governador entusiasmado pelo dinheiro do Fundo Amazônia, eu conheço o dinheiro do Fundo Amazônia, fica lá no BNDES. Eu fui conselheiro do BNDES, eu integrava o Conselho de Administração do BNDES, como ministro da Ciência e Tecnologia e depois como ministro da Defesa.

E um dia pedi ao diretor do BNDES, eu quero os projetos do Fundo Amazônia, por que o dinheiro fica lá. Sabe qual foi a resposta? Ele disse: Aldo. o BNDES não tem nada a ver com esse Fundo Amazônia, ele só fica aqui, quem administra o Fundo Amazônia é um diplomata da Noruega, assessorado por um grupo de Ongs, com um único objetivo, de discutir o clima. Não discute o direito ao desenvolvimento da Amazônia. É esse o Fundo Amazônia, e tem gente iludida que isso vai trazer alguma coisa para a Amazônia, vai trazer mais problemas, vai trazer mais bloqueios. Aí, eu ouvi o governador do Pará, dizendo: “não, porque os chineses vão investir em uma ferrovia de Marabá até Barcarena”. Eu digo: “esqueçam, isso não vai ser possível, pode vir o dinheiro do mundo”. Você não conseguiu trazer o Linhão de Tucuruí. Quantos anos isso ficou parado? Você não está conseguindo restaurar a rodovia que liga Manaus ao resto do país, que é a 319. Você tem há dois anos, a Ferrogrão, que chega até o porto do Tapajós, bloqueado por uma decisão monocrática de um juiz do Supremo. Em março de 2021, a pedido de uma ONG, do Ministério Público e de um partido inexpressivo do Congresso, o ministro do Supremo Tribunal Federal, em uma decisão monocrática, suspendeu a tramitação do processo de construção da Ferrogrão, que é uma ferrovia que sai de Sinop, no Mato Grosso, e chega até o porto de Miritituba, ali no rio Tapajós, bem próximo de Santarém.

Minhas senhoras e meus senhores, essa decisão foi em março de 2021, passaram-se março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e em dezembro, a presidente do Supremo decidiu que essa matéria seria examinada pelo Pleno do Supremo em junho de 2022.

Nós estamos em abril, quase maio de 2023, a Assembleia Legislativa de Roraima decidiu essa matéria? Bem, assim o Supremo tá lá, parado. Você acha que alguma coisa vai andar no Brasil, com ação de

Ongs, de Ministério Público, de partidos esclerosados que não defendem o desenvolvimento do país? Não, não.

Sem um governo forte que enfrente essas corporações, o Brasil não tem futuro. Não, não estou aqui defendendo que tenha ditadura no Brasil não. Governo forte é governo com autoridade, porque na relação entre os poderes alguém vai ser forte, tá certo, alguém vai querer nomear o ministro e alguém vai querer impedir que o ministro seja nomeado. Tem sentido o Supremo Tribunal Federal subtrair da Presidência da República, a prerrogativa de nomear um ministro? Mas, no Brasil acontece. A Presidente Dilma não pode nomear um ministro, porque houve uma decisão do Supremo que não podia, muita gente aplaudiu porque era a presidente Dilma, era o PT, então, viva ao Supremo.

Depois, o Supremo proibiu o Presidente Michel Temer de nomear uma ministra. É atribuição dele, do presidente da República, mas como era o presidente Michel Temer muita gente aplaudiu.

Depois, as proibições foram descendo de grau, proibiram o presidente Bolsonaro de nomear um delegado. Quando eu vi aquilo eu digo: “olhe, presidente que não nomeia delegado não é presidente mais de nada, acabou, esse aí não tem mais autoridade de coisa alguma, acabou”.

Na época eu falei, tá certo que quem agiu certo nesse episódio foi o um cidadão chamado Renan Calheiros. Um Ministro do Supremo destituiu o Renan que era presidente do congresso, ele não disse nada, no outro dia foi ao senado, reuniu a Mesa, deliberou, publicou no Diário Oficial, e o que aconteceu? O supremo teve que revogar a decisão, sem nenhuma palavra de ofensa, com gestos, com atos. Se é atribuição do Poder Executivo esqueçam, é minha atribuição. Eu não tomo conhecimento se a Constituição me protege dos meus atos, mas aqui no Brasil não, aqui no Brasil a relação entre os Poderes tornou o Executivo um Poder frágil, um simulacro de poder sem autoridade. E, num país desse, sem o Executivo forte, não acontece nada. E o Executivo é fraco na relação com os poderes e é fraco porque algumas corporações dentro do Poder Executivo podem mais que o presidente da República.

Eu vi aqui um episódio de um agricultor que pediu ao funcionário do Ibama, que hoje andam armados, parecem integrantes das forças armadas, se identifica. Ele disse: “não, meu nome é Ibama”. Bem, e o que fazer diante disso? Eu acho que nós devemos nos orientar por princípios. O primeiro princípio é que a Amazônia é soberania do Brasil. A Amazônia é brasileira! O Brasil não vai relativizar nem abrir mão da sua soberania sobre a Amazônia. A Amazônia é brasileira, antes da Califórnia ser americana. A Califórnia ainda era do México quando a Amazônia já era do Brasil. Então, a primeira questão: soberania.

A segunda é a questão de desenvolvimento. A Amazônia tem direito ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da indústria, da mineração, da infraestrutura, da energia, de tudo. O terceiro ponto é a proteção das populações indígenas, para que se retire a tutela das Ongs sobre essas populações indígenas, e para que isso também não vire episódios, porque agora houve um escândalo dos Yanomamis. Eu estive nessa área em 1989/1990, na época do presidente Fernando Henrique, eu vi essa situação de desnutrição, de abandono, as maiores taxas de mortalidade infantil, de analfabetismo, de doenças infecciosas, as mais baixas taxas de serviço público de água encanada, de luz elétrica, está entre essas populações. “Ah, não, mas o problema é demarcar terra”. Se fosse essa a solução, eles estariam exportando alimento para o resto do mundo. Os Yanomamis têm 9.600 mil hectares de área, a Raposa Serra do Sol tem 1.700 mil, o pessoal do arroz produzia em 1% 16, 17 mil hectares. Eu visitei isso tudo, fui no Surumu, fui no Uiramutã, fui no Flexal, fui em Pacaraima, até na Serra do Tepequém fazer uma audiência uma vez.

Então, tem que proteger e tirar da tutela desses interesses internacionais as populações indígenas. É o estado brasileiro que tem que assumir, e, na área do meio ambiente, proteger o que deve ser protegido, mas não pode ser dessa forma, como nós conhecemos em Roraima ou no Amapá.

No Amapá, só um parque que foi demarcado, o Tumucumaque, com trinta e tantos mil quilômetros quadrados, minha gente, de área propícia para agricultura, lá no município de Porto de Moz, no Pará. O município é cortado pelo rio Xingu, e 80% da área do município fica do lado sul do rio, é uma área muito boa para agricultura, para pecuária, terra nobre e isso foi transformado em um parque. A área de cima que é uma área de areia, de terra que não se presta para agricultura e para a pecuária não foi transformado em nada, porque é o bloqueio, tá certo? Então, é preciso proteger o meio ambiente, mas proteger aquilo que deve ser protegido, sem prejudicar e sem impedir o desenvolvimento.

A minha sugestão, presidente Sampaio, é que a Assembleia Legislativa de Roraima e o Governo do estado, que são os poderes eleitos, que têm legitimidade, comuniquem ao governo federal que não aceitarão a subtração de nenhum palmo a mais do território de Roraima. Isso tem que

ser dito com todas as forças! O estado de Roraima não aceitará o confisco de mais nem um metro quadrado.

Quando era governador de Minas Gerais, o governador Itamar Franco, num determinado momento que o presidente, da época, queria privatizar Furnas, ele disse, não será privatizada porque ela será ocupada pela Polícia Militar de Minas Gerais. A Polícia Militar de Minas Gerais vai ocupar Furnas! O governo federal, se quiser, faça o confronto! Porque se não houver uma atitude de força, Brasília tem o coração muito mais próximo dos interesses europeus e americanos do que dos interesses de Roraima, infelizmente.

Então é preciso um gesto duro, é preciso que se antecipe antes que qualquer decisão seja adotada. Os senadores, a bancada, o governador tem que comunicar, sem nenhum tipo de bravata, serenamente? Não!!! E tem que demonstrar o porquê! É inadmissível! Não pode!! Senão, daqui a pouco, o governador de Roraima é governador de quê? De nada!!! Porque ele não governa o território. O primeiro bem administrado é a base física, é o território. Se você não tem governança sobre o seu território, você tem governança sobre o quê? Então já basta! Já chegou ao limite que é o inaceitável. Eu acho que a primeira questão é essa, é se anteciper, reunir, não só a Assembleia, reunir as instituições, OAB se tiver, produtores, indústrias e dizer: “Olha, isso aqui não! Acabou! Aqui não! Aqui chegou no limite!”

A minha outra sugestão, é que a Assembleia Legislativa libere o Fórum preparatório para essa Conferência do Clima, que vem aí, em 2025, fórum de Roraima em defesa da soberania, do desenvolvimento e do meio ambiente. Incluir na agenda da Conferência do Clima, de Belém, de 2025, a soberania do Brasil e o direito ao desenvolvimento. Esse fórum, a Assembleia pode compor com representante do governo do estado, da sociedade civil, dos produtores rurais, dos industriais, da OAB, do comando da Brigada Militar de Infantaria de Selva, porque é um Fórum institucional, não é partidário, não é para defender A ou B, é para defender o estado e é um Fórum de reflexão e todo mês, ou toda semana o fórum chama alguém de Brasília, chama um ministro, vem aqui o ministro da Defesa. Os desafios da defesa na Amazônia para o século 21, porque eu acho que aqui é, deve ser. Quando eu estava no Ministério da Defesa eu disse: Roraima deve acolher a futura base aérea espacial do Brasil, porque aqui é a clava que está mais próxima do Caribe e do Hemisfério Norte. É aqui que tem que ter uma base aérea de força no Brasil, é aqui em Roraima. Então chama o Ministro da Defesa, que é um homem muito bom, muito correto, ou comandante do Exército, o comandante da Marinha, o comandante da Aeronáutica, esse povo para vir aqui. O ministro da Agricultura, a ministra do Meio Ambiente, o ministro da Indústria e Comércio... chama esses ministros, cada um vem aqui, isso não vai dar despesa para a Assembleia porque ele tem seus próprios custeios de viagem, tem que trazer eles aqui.

Eu soube que o presidente da República esteve aqui e nem convidou o governador, para encontrá-lo, não sei se isso é verdade. Eu considero isso é uma falta de respeito e uma afronta, tá certo? Sinceramente, não é possível. A constituição estabelece três poderes no Brasil, são três federativos, que a Constituição reconhece. No município, a autoridade maior é o prefeito, tanto que, protocolarmente, é o primeiro a ser saudado, porque é a autoridade mais importante no município, é o prefeito do município, e do estado é o governador. Como é que o Presidente da República chega a um estado sem comunicar, sem convidar? Não! Vou ficar calado, porque no meu estado, sinceramente, eu ia pensar duas vezes se desceria, certo? Ou se a pista do aeroporto não seria ocupada. Não pode ser uma coisa dessas, minha gente? Tem sentido uma coisa dessas? Toda afronta tem limite! São atribuições, são prerrogativas! O governador não é empregado de presidente, não! É um poder constituído e eleito.

Bem, mas voltando ao fórum, então convida e na instalação do fórum, convidamos o próprio Presidente da República, a Assembleia Legislativa instala, constitui esse Fórum pela soberania, pelo desenvolvimento e pelo meio ambiente e sai convidando as autoridades para que essa agenda vá ganhando força. Depois, a Assembleia Legislativa de Roraima, com as outras Assembleias cria um Fórum dos parlamentares da Amazônia, para discutir essa agenda, depois convida os prefeitos. A nossa querida vereadora, de Pacaraima, organiza também o Fórum dos vereadores, reúne os vereadores dos 15 municípios e vamos fazer essa agenda. E a nossa bancada, em Brasília, do Senado e da Câmara tem que reverberar, tem que repercutir, porque esses interesses internacionais, eles são muito fortes. Não adianta pensar que é a ONG, que está aqui, financiada de fora. A ONG é apenas o braço de interesses muito fortes, que estão lá no exterior. Os Estados Unidos que financiam, Europa, Alemanha, Inglaterra e, às vezes, fica aqui, e uma parte do povo, desorientado, achando que o nosso problema é com a China, com a Rússia. Eu nunca vi uma ONG chinesa aqui na Amazônia, nunca vi uma ONG russa aqui na Amazônia,

nunca vi nenhuma. Aliás, quando o Brasil enfrentou problemas, que o Conselho de Segurança da ONU queria votar uma resolução, dizendo que a questão do clima era uma questão de Segurança Internacional, em seguida entraria a Amazônia, como questão de Segurança Internacional, quem entreviu foi o presidente da Rússia, o embaixador da Rússia, que disse não! Foi um veto da Rússia, com dois duas abstenções da China e da Índia e doze votos favoráveis nos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, da França, para transformar a Amazônia. Aliás, num encontro com o presidente Putin, o presidente Bolsonaro agradeceu o gesto dele, que protegeu a Amazônia como soberania brasileira.

Então, é um jogo muito duro, muito bruto esse jogo da geopolítica internacional. Não podemos subestimar, tá certo? Agora, nós também temos aliados muito fortes, e quando houve aquele episódio das queimadas que aquilo se transformou em um escândalo internacional, que a Amazônia estava se acabando, pegando fogo... o único diplomata, em Brasília, que saiu em defesa do Brasil, o único que saiu foi o diplomata Chinês, enquanto o ministro das nossas Relações Exteriores, da época, hostilizava a China. Foi o único diplomata que disse não! O Brasil não pode ser acusado e responsável por essa agenda, então, nós também temos aliados.

E, no Brasil também, se a nossa bancada da Amazônia conversar direito com a bancada de outros estados, nós também vamos obter apoio, vamos levar essa agenda para São Paulo. Encontrar, em São Paulo, apoio para defesa da Amazônia e do direito ao desenvolvimento na Amazônia.

Eu propus que a Federação dos Engenheiros, lá de São Paulo, organizasse um Encontro Nacional de Engenharia, aqui na Amazônia. A OAB faça o seu encontro, na Amazônia. Recentemente, eu fui numa conferência da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, que foi realizada em Manaus, tendo como tema a Amazônia e, propus que os estudantes universitários façam a sua Conferência dos Estudantes Universitários da Amazônia, para que essa agenda seja discutida, para que quando se discuta sobre a Amazônia, não se discuta só sobre clima, mas se discuta sobre os 30 milhões de brasileiros que vivem aqui. Que se faça um inventário da produção agrícola, da produção mineral, da produção de energia, dos recursos que a Amazônia tem. Isso tem que entrar no debate, porque parece que a Amazônia só tem floresta ou, agora mais recentemente, a tragédia dos Índios. E os 30 milhões de brasileiros que vivem aqui? Quais são os seus direitos? As suas esperanças, as suas aspirações?

Então, minhas amigas e meus amigos, o nosso desafio é exatamente este: mobilizar! Organizar! Ter clareza das ideias e dos objetivos! Começar o nosso movimento, aonde ele for possível. Eu tenho dito lá no Pará, organizem o movimento aqui em Marabá, organizem em Paragominas, organizem em Altamira, organizem em Paraopeba, organizem em Uruará e depois você vai juntando, como se fossem limalhas de ferro numa mesa que depois você vai botar o imã, para ajudá-la, para reuni-las. Então, esse é o nosso trabalho, essa é a nossa perspectiva.

Mais uma vez agradeço, prezado presidente Sampaio, a honraria que me confere a Assembleia Legislativa. Procurarei ser digno desta homenagem, desta honraria. Vou levá-la com um elevado sentido de responsabilidade e de compromisso com Roraima, com a sua população, com a sua juventude e com seu futuro. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Quero registrar a presença do vereador Daniel Mangabeira, vereador da capital. Obrigado vereador Daniel. A presença do prefeito do município do Cantá, André Castro. Obrigado prefeito. Do vereador de Boa Vista, vereador Clebinho, obrigado.

Informar a todos que fizeram as inscrições no hall de entrada que vamos providenciar a entrega do certificado de maneira online, e aquele que preferir receber em mãos, não há nenhum problema, procure nosso cerimonial.

Ministro Aldo, quero receber a contribuição, os colegas parlamentares ou qualquer um da Galeria, que queira deixar a sua contribuição. Eu acho que o ministro não se opõe a responder. Então tem o deputado Gabriel, tem a deputada Aurelina e mais alguém da galeria que queira fazer o uso da palavra, por gentileza, se manifeste que o microfone irá se deslocar até as galerias.

Então, eu quero passar a palavra, vou pedir para que as contribuições sejam breves, até pelo avançado horário. Começando pelo deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Uma palestra como essa aqui, deputado Sampaio, deveria chegar até a noite... a gente almoçar aqui, porque eu nunca vi, na história, ministro Aldo, um brasileiro com sangue tão verde e amarelo, como eu e o senhor, nunca vi.

Eu já fui presidente da Comissão de Meio Ambiente, nesta Casa, e fui tirado no outro dia porque eu não aceitei as divergências dos

órgãos ambientais, terríveis, com os produtos. Eu quero parabenizar o senhor, do fundo do meu coração.

Aqui no estado de Roraima, eu fiquei triste quando o nosso professor já colocou, já está mapeado, rasteiramente! Já está no mapa a previsão da demarcação dos índios Pirititis. Não existem esses índios aqui em Roraima! Nunca teve um DNA de um índio desse! Nunca teve!! Como disse o finado meu pai, um retrato de um índio desse! E lá são 43 mil hectares para ampliar a reserva Waimiri-Atroari e, no tempo da governadora Suely, ministro, pedimos a ela que mandasse a Polícia Militar tirar uma corrente, que eles passaram na estrada, lá no município de Rorainópolis, e ela determinou a Polícia Militar, mas foi orientada, por alguns assessores, para que ela não fizesse isso. Foi o dia mais triste da minha vida! Foi que ela não fizesse. E os índios estão lá, demarcaram como terra deles, e não é deles! Fotografaram o índio, segundo um ambientalista, com 10 mil metros de altura viram o índio nu, no meio da mata. Já pensou? O olho desse cara é bom! E deram o nome de Pirititis!! E está lá, a ferida para o nosso estado, tirar mais 43 mil hectares do nosso estado.

Temos a estrada, a BR-174, é um dos maiores crimes que vai acontecer, daqui a 10 anos, no estado de Roraima e se Deus quiser, Deus vai dar a vida para o senhor e a mim, nós vamos ver. Os índios não deixaram mais desmatar a mata em cima da BR, estamos passando por um túnel, não tem asfalto que resista onde não pega de sol, onde não enxuga e ela é a única estrada que nós temos, no nosso estado, para levar nossa riqueza e importar as nossas necessidades, a única! Não temos porto marítimo, aqui não tem. Então, para a BR-174 não parar, como parou lá a BR-319, vai ter que fazer concreto nos 40, 50 km do trecho, vai ter que ser de concreto de, no mínimo 20, 30 cm, igual como faz pista de avião, porque não pode desmatar mais não. E o governo brasileiro é tão covarde porque na demarcação da reserva indígena, aqui da Raposa Serra do Sol, diz que não pode ampliar mais nenhum metro de reserva, estão querendo ampliar e não tem força, porque quando fizeram a BR-174, todas as BRs federais, têm 50 metros para cada lado, direito e esquerdo, de servidão nacional e o governo não tem coragem de mandar lá na reserva Waimiri-Atroari. E eles fizeram foi uma cerca na beira da estrada, aonde os caminhoneiros podiam estacionar, para trocar um pneu ou para fazer suas necessidades, fizeram uma cerca e, o Governo Federal tão fraco, que não mandou o exército lá, não mandou o exército para tirar essa cerca e as cercas estão lá e não podemos fazer a estrada. Isso é muito triste, muito triste para nós!

Tem uma corrente lá, ministro, o senhor é professor, o senhor é um cidadão, o senhor é o único verde amarelo que eu já vi, nessa Tribuna, defender igual a mim! A Amazônia, lá nós temos uma corrente, que seis horas fecha. Nós somos um único povo que vive no país onde a democracia existe e somos tutelados! Nós somos tutelados, involuntariamente, sem dever eu um centavo à justiça. Nasce uma criança, na maternidade, hoje, ela já nasce tutelada e não pode passar lá no Jundiá, a partir das 6 horas da tarde. Ela não pode passar não, porque lá quem manda são as ONGs, mandadas por outros países. Então isso é triste, nós temos que ter um enfrentamento! Gostei muito do senhor e vou pedir ao governador do meu estado, para que lhe dê a maior comenda do estado, porque foste o primeiro brasileiro que eu vi aqui verde e amarelo, com sangue na veia, defender a Amazônia.

Então, nós precisamos de gente que tenha esse pensamento. Roraima precisa! Nós só temos, ministro, aqui no nosso estado, para desenvolver, para plantar 1 milhão e 700 mil hectares. Esses sete milhões que aparece aí, é lero, é balela, porque de lá se você retirar todas as áreas ambientais que tem, vai tirar mais os 80% que tem... só de tirar, o senhor pega os sete milhões e multiplique por 20, e olhe se não pegarem mais outro pedaço como estão querendo pegar aqui na Serra da Lua mais 300, 400 mil hectares. Então, nosso estado precisa de gente como o senhor. Quero pedir a Deus que lhe ilumine e que o senhor saia candidato a presidente da República, para defender a Amazônia, e o senhor vai ganhar as eleições e nós vamos mudar a história deste país. Obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputado Gabriel. Passo a palavra à deputada Aurelina, logo após deputado Coronel Chagas e em seguida deputado Marcos Jorge.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Boa tarde a todos. Boa tarde doutor Aldo, ao nosso presidente, e a todos da Mesa.

Eu fiquei olhando aqui o tempo todo para doutor Getúlio, a gente vai revivendo a nossa vida, e o que o ministro colocou aqui nós já vivemos há bastante tempo. É uma revisão da história e essa história continua sendo viva até hoje. Eu ainda fui do tempo que vi índio jogando água na cara do Aires de Brito quando fez as demarcações de terras daqui, porque a Assembleia Legislativa, doutor Aldo, ela sempre liderou os movimentos em defesas do território, desde o tempo que não

tinha terra, desde quando preparamos para criar o estado, nós vivemos como penitência no gabinete do palácio do planalto. Quantas vezes eu fui com o presidente da República implorar pela não demarcação da Raposa Serra do Sol? Quantas vezes eu ouvi não: “não posso fazer nada por vocês. Estudem uma forma de eu compensar porque isso já está certo”. Então, essa história se repete e fica mais forte, hoje, pois nós vivemos a farsa dos indígenas que são usados para encobrir justamente os três interesses que o senhor citou: minério, água e biodiversidade e são usados os índios para isso. Os índios que vão para lá estão na Suíça, Alemanha, Inglaterra, não foi nenhum subnutrido, como aqui chegou de Yanomami subnutrido como a imprensa nacional falou. Então a gente vive hoje a farsa da Operação Acolhida. Eu não acompanhei ontem, mas eu vi aqui as ONGs internacionais por trás, quem está lhe falando é quem viu estrangeiros dormindo dentro das casas do povo, Getúlio e diziam: “ela está aqui porque casou com índio”. Não, tem que ser desentusado, expulso. Eu assistir isso e hoje, não é diferente não. Eu disse isso antes do final da eleição: “vai se repetir essa história em Roraima, nós vamos viver de novo”, como estamos vivendo hoje. Eu disse isso, a Dila, disse isso em Pacaraima, o exército disse que tinha Operação Acolhida, duas mil vagas no abrigo e entra 600 pessoas por dia. Os dados que passaram para o senhor não são verdadeiros, são verdadeiros no sentido de que apenas aqueles que são registrados pelo governo federal que está lá. Aqueles que entram pela Porteirainha, eles são registrados, mas são 10 vezes mais os que entram por todos os lugares. Se o senhor ficar aqui a noite vai ver quantos estão dormindo na rua. Se o senhor for em Pacaraima, vai ver ONGs vendendo comércio, porque não tem licitação; é dinheiro direto pagando alimentação dos índios, eles recebendo dos venezuelanos por uma brecha, comendo no meio do sol e sem ter nenhuma colher. Mas lá não tem nenhum brasileiro, todos são ONGs internacionais. Essa é a primeira farsa, a primeira mentira da Operação Acolhida. E nós sofrendo, aqui, porque não temos saúde para todos, não temos educação para todos, não temos ação social para todos. Hoje, se você for a uma maternidade daqui, vai ver que há duas roraimenses para oito venezuelanas. Sabe quanto que o governo federal já contribuiu com isso? Nada, com nada. Com nenhum médico a mais, e a mesma coisa é com os índios. Vou fazer 25 anos nesta Assembleia, quando tiraram São Marcos e as terras Yanomami, e tiraram as pessoas de lá que dá dó. Hoje, se você ver como ficou uma fazenda de arrozeiro que foi tomada, arrozeiro ou qualquer outro produtor. Lá eles conseguiram criar 4, 5 comunidades indígenas que vivem com fome, e quem é responsável pela saúde dos indígenas? Quem é responsável? Tiraram do Brasil, dos brasileiros, dos estados. O estado de Roraima não recebe dinheiro para fazer a saúde indígenas. Em janeiro... já duas vezes que o presidente da república vem aqui, foi um helicóptero da Funai e jogou umas cestas básicas em um lugar que não tem acesso- acha que acabou a subnutrição com essas cestas básicas de sardinha, salsichas. Acabou! Pessoal não apareceu aqui, ficaram tudo nutrido só com essas cestas básicas dadas em janeiro. Então, a vergonha da farsa, é a farsa que continua até hoje, com a ditadura do judiciário, comandada pelo executivo e subserviência do Poder Legislativo. Aqui nesta Assembleia, temos um acervo de fotos, no meu gabinete não cabe mais nem foto, com todos os ministros do STF e a gente de joelhos. Eu lembro que fui no gabinete do senhor, mas de quase todos os deputados federais e senadores fomos pedir ajuda. Nós sabíamos que na época de São Marcos só havia 50 índios macuxis ali, o resto foi importado da Guiana. O pessoal veio a pé e como senhor disse, quem decidiu isso nunca veio aqui, e nunca nem leu os documentos que a história tem, do mesmo jeito que os yanomamis, misturado ali. A Venezuela empurrou todo mundo para quem não era yanomami. Imaginem os índios que estão aqui também. Lá também tem Yanomami. Os que não são índios não comem, imaginem os índios! Estão todos ali dentro, e a farsa montada continua até hoje. Eu falei isso, nós vamos sofrer depois das eleições, se acontecer o que aconteceu. Estamos sofrendo e a tendência é piorar muito. Não estou vendo disposição de quem pode brigar, que é o legislativo, de se unir para impedir que isso possa, pelo menos ser minorado, porque os interesses internacionais estão em cima da gente. Essa é a nossa realidade.

Essa é a revisão da vida da gente, não é Getúlio? A gente já viveu isso. Não sei se isso é um reforço para lembrar que vamos viver de novo, e, se não cuidar, não sobra mais nada do estado de Roraima. Não vou muito longe, em quatro anos acaba, São mais demarcações, são mais proibições do meio ambiente, em um lugar que eles contabilizam como área de queimadas, o lavrado, onde as comunidades indígenas que eles dizem que são do tamanho do mundo, tem como ato, como cultura, queimar lavrado, mas são contabilizados como queimadas na Amazônia.

A nossa preocupação é imensa, pois aqui vivem venezuelanos sem nenhuma participação do governo federal. Presidente, quando vem aqui não avisa ninguém, não recebe ninguém, e é bom que não tem nem

gente, ele vai embora de lá mesmo, aí fica a demagogia de cuidar de índio, aonde? Os índios estão bêbados no meio da rua, quem consegue sair aqui do Yanomami, é só ir em Campos Novos, você vê tudo a pé, caindo de bêbado na Feira do Produtor, e não tem Funai e nenhuma instituição para dizer que vai tirar para não fazer vergonha. Não tem estrutura nenhuma e nós sabemos quem cuida disso é o governo federal. Aí, depois vem culpar o estado. Procurem saber quanto o estado diretamente recebe. Quem recebe são as ONGs, os fundos que o senhor colocou e tem muitos outros, mas para o governo administrar para indígenas e venezuelanos, nunca entrou um real aqui. Agora, o estado é o culpado. É o estado que nunca deu a boa vida que os índios deveriam ter porque merecem, porque fazem parte do processo, mas não são eles que querem isso. Obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputada Aurelina. Passo a palavra ao deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Presidente Sampaio, caros colegas deputados, nosso ilustre palestrante, ministro Aldo Rebelo, seja bem-vindo mais uma vez ao nosso estado, e caro colega Ionilson.

Como é bom, como é agradável, assistir e ouvir suas palavras. Todos os amazônidas, por onde nós andamos, têm o mesmo sentimento de indignação. O deputado Gabriel aqui acabou de externar; a deputada Aurelina, nossa decana, que aonde o senhor for nessa Amazônia, o senhor vai encontrar diversos pronunciamentos, manifestações, que retratam a indignação do nosso povo. O senhor veio aqui hoje, e disse tudo aquilo que nós sentimos com um profundo conhecimento. O senhor lavou nossa alma, hoje.

Como é bom participar de ato dessa natureza. Presidente, parabéns. Esta Casa tem que estar todo mês, pelo menos, em audiência pública, debatendo esses assuntos é o que interessa para nós, buscando alternativas para o crescimento do nosso estado e do nosso país. Roraima é a unidade da federação que dá maior contribuição ao país e ao mundo na questão indígena e a questão ambiental. Ninguém pode levar o dedo para dizer: “ah, tem que fazer mais, ou aquilo”, porque já damos uma contribuição muito grande e isso é muito caro para os amazônidas, principalmente para Roraima. Nós temos aqui como bem demonstrou o professor Francisco, em torno de 90% da nossa área territorial comprometida com essas bandeiras. Agora, o que nos resta? Eles têm que nos deixar utilizar, para gerar emprego, gerar renda e a melhoria da qualidade do nosso povo. Nós tivemos, agora, nos últimos 4, 5 anos uma política nacional que defendeu isso, e de repente uma mudança aconteceu, no último pleito, nós estamos vendo muitas ameaças pairando em nosso estado. Olhando através de uma análise de planejamento estratégico, vemos que os nossos pontos fortes estão perdendo para os pontos fracos, e que as ameaças são bem maiores que as oportunidades, ministro. As nossas ameaças são essas ONGs que ganharam forças com essa nova política nacional, essa crise migratória. Estou falando no âmbito regional aqui no nosso estado, enquanto nossas oportunidades, nossos pontos fracos estão nas nossas terras férteis, na nossa vocação pelo setor primário. Aqui há possibilidade de duas safras ao ano, enquanto no restante do país, apenas uma; temos uma alta produtividade do solo, uma localização estratégica com a saída daqui para o Caribe e ganhar os mercados pelo canal do Panamá, do mundo todo. Essas oportunidades e esses pontos fracos estão ameaçados por uma política que vem de anos; que nos últimos quatro anos tivemos uma melhora, em um cenário que se apresentou bom, mas agora os cenários estão terríveis. Então, ministro, fico muito feliz por termos brasileiros como o senhor, que tem esse conhecimento profundo do nosso país e especialmente da Amazônia.

Eu quero dizer por onde eu for vou levar esse entendimento do senhor. Eu imagino os problemas e dilemas que o senhor enfrentou como ministro da Defesa, com esse posicionamento que não deve ser de hoje, em um governo que tem umas bandeiras totalmente contrárias do desenvolvimento do nosso país. Parabéns, ministro. O senhor é um grande brasileiro.

Quero encerrar, dizendo que quem sabe o que é bom para Amazônia somos nós, amazônidas, que nascemos aqui e que escolhemos esta terra para viver. Nós sabemos quais os problemas e quais as soluções que nós temos, não precisamos que nenhuma ONG venha dizer o que é bom para nós, é o povo amazônida que tem que mostrar qual é o melhor horizonte, qual o melhor norte para se chegar. Eu estou muito feliz hoje. Presidente, vamos construir mais discussões assim, que, com certeza, nós vamos enfrentar sim, ministro, toda essa parafernália de ONGs e de políticas que, com essa xenofobia ambiental, com esses panos de fundos, como deputada Aurelina falou, que criam contra ao nosso estado, contra o nosso desenvolvimento. Aqui tem pessoas que pensam assim, mas Vossa Excelência deu uma contribuição muito grande e nós precisamos que o senhor leve isso, não só aos estados da Amazônia, porque nós temos esse sentimento, essa indignação, mas as pessoas que têm lá na Esplanada dos

Ministérios, lá no Congresso Nacional, a capacidade de discutir isso e ver o que melhor para nosso país. Obrigado e parabéns.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Peço mais uma vez que as contribuições sejam breve pelo avançar da hora.

O Senhor **Josias Licatta** - Serei breve, senhor presidente. Quero agradecer por essa grande oportunidade, do qual o senhor trouxe esse homem, o qual tive oportunidade de conhecer em Brasília, visitar o gabinete dele como sindicalista. Sou Josias, presidente da Associação dos Antigos Policiais Civis do ex-Território. Eu já tinha orgulho de ter conhecido o senhor e passei a ter mais orgulho de ver o senhor defendendo a Amazônia, defendendo o meu Pará, defendendo Roraima.

Ontem, os sem-terra invadiram a fazenda de um irmão meu no Pará, e o senhor sabe da situação. Está na hora de nós decidirmos o que nós queremos para Amazônia e para Roraima. Não queremos que ONGs decidam por nós, não queremos que países decidam o que realmente nós queremos para Roraima. Nossos parlamentares estão de parabéns de poder chamar atenção de Roraima, através de uma audiência pública desta, porque traz ao conhecimento da imprensa de Roraima o assunto. Eu queria que aqui estivesse a TV Roraima, que é a segunda fala da Globo, Globo lixo, que leva informação negativa para outros países. Era importante que estivesse aqui para ouvir essa grande verdade que o senhor trouxe ao nosso conhecimento, do qual nós vivemos isto aqui no nosso estado e na Amazônia. Não adianta esses estrangeiros virem de fora dizendo que são donos da Amazônia ou de Roraima. A nossa riqueza é nossa; o nosso ouro é nosso, o minério é nosso, e não vamos permitir que nenhuma indústria venha tirar isso aqui. Tiraram nossos garimpeiros agora, pais e mães que trabalhavam dentro do garimpo. Massacre não é de índio, não, massacre é o que vai acontecer agora, porque quando tinha garimpeiro lá, eles davam comida para índio lá dentro, e agora quem vai alimentar esses índios que estavam esquecido lá dentro? Porque até os policiais que vieram para operação, é sabido, chamo atenção do senhor e dos parlamentares, que o número de policiais que estão doentes com malária não é pequeno, é assustador. O número de polícias que estão retornando para seus estados que adquiriram doenças aqui é grande, eles não estão preparados para receber essa carga de doenças, como os garimpeiros, como nós que sobrevivemos no estado de Roraima. Então, quem sabe do gosto do tucupi, somos nós; quem sabe como comer uma farinha, somos nós; quem sabe como cuidar da lavoura é o povo da Amazônia, de Roraima e do Brasil. Quero dizer ao senhor, que o senhor tem que ser realmente o presidente do nosso país. É um convite que nós do estado de Roraima fazemos ao senhor, porque sei o tanto da grossura da tinta da sua caneta quando foi ministro. Era sabido por nós, ao olhar no seu olho, que queria tomar uma outra decisão, infelizmente, o senhor era subordinado a um presidente que tinha outro pensamento naquele tempo, bem lembrado pela decana desta Casa. Mas, aqui temos outro decano da imprensa que é o doutor Getúlio, eu gostaria que o senhor comunicasse este ato desta audiência pública na Folha de Boa Vista, na rádio. Tenho certeza de que o doutor Getúlio vai fazer isso, para outras pessoas ficarem sabendo desta grande realidade que aconteceu, hoje, na Assembleia, a lembrança da nossa história aqui de Roraima, da Amazônia que é nossa. Não permita que ninguém tome o que nosso, porque a guerra já está começando quando expulsam fazendeiros de suas fazendas, quando expulsam garimpeiros da riqueza própria de sobrevivência, porque digo que o ouro que está sendo tirado ali não é para garimpeiro enriquecer, porque é pouco, e sim para sobreviver. Essa é minha fala. Quero agradecer ao presidente Sampaio, ao presidente da Câmara, cumprimento a todos os parlamentares e meu muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, Josias.

Com a palavra deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Obrigada, Presidente.

Quero, de forma muito breve, além de lhe cumprimentar, lhe parabenizar pela provocação da discussão na manhã de hoje, de um tema tão relevante e por trazer o ministro Aldo, que é referência para todos nós, brasileiro nato, pessoa que nós admiramos e que eu, particularmente, sempre procurei me inspirar e me espelhar na atuação do ministro Aldo Rabelo. Mas, também quero também parabenizar a exposição feita pelo nosso amigo Francisco Pinto, que junto conosco trabalhou pelo Zoneamento Econômico-Ecológico do nosso estado, um dos melhores técnicos, tem aqui o meu reconhecimento. E meu amigo Brito Bezerra. Peço vênha para cumprimentar todos os Pares que estão aqui, hoje, na Mesa, em nome do amigo Getúlio Cruz, ex-governador do nosso estado, e aproveitar para lembrar de um fato da década de 80, ministro Aldo. O Josias falou da grossura da sua caneta quando o senhor estava ministro, do Esporte, da Defesa, em todo teu legado. Eu tenho um tio que era aliado do Getúlio quando vereador do município de Baliza, tio Aroldo Costa, que costuma dizer que a grossura da caneta dele era da grossura de um poste. Então, me trouxe aqui, um especial saudosismo, a intervenção do Josias, mas,

também nos traz a clareza de como o amigo, o ministro Aldo Rebelo é reconhecido aqui no estado de Roraima. Meu amigo Ionilson, finalizo a minha fala, te parabenizando, caboco, por homenagear, há 18 anos já, e chegou o momento certo na entrega da sua homenagem. A sua homenagem, Ionilson, foi muito acertada para brasileiro nato, uma pessoa de não só competência ímpar, mas também que teve coragem de colocar aquilo que é necessário em temas estratégicos para nosso país, como a soberania nacional e a defesa da nossa Amazônia. Nós, roraimenses, nos sentimos atendido por sua fala e seja sempre muito bem-vindo no nosso estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Bom dia a todos. Quero parabenizar o presidente Soldado Sampaio por esta audiência pública. Cumprimentar a todos os presentes. Parabenizar o ex-Ministro Aldo Rebelo e o Francisco também pela sua explanação. Vou fazer duas perguntas que acredito que muitas pessoas gostariam de fazer. Gostaria que o Iteraima estivesse presente neste momento, porque essa pergunta seria direcionada a eles, porque é o órgão responsável pela regulamentação fundiária. O Francisco disse que tem uma portaria que estão fazendo novos estudos para se criar mais reservas indígenas, em um total de 335 mil hectares. Procede? E, essas áreas quando são pretendidas são derrubados o Sigeef, então todos os GEOs que tem naquela área, os produtores que estão ali com GEO, com título, PCR, qualquer coisa, são derrubados, só que tem duas flonas, duas áreas sendo pretendidas, mas, não têm nenhum decreto dessas flonas e o próprio órgão do estado, que é o órgão responsável para regulamentar essas áreas, estão derrubando os Gef's dos produtores. Como por exemplo a flona Jauaperi, é uma área antropizada, têm pessoas que já fizeram corte raso, pegaram financiamento, já estão lá há vários e vários anos produzindo e eram para ser apoiados. Agora, o próprio órgão do governo do estado, só porque diz que é uma área pretendida, e quando foi aprovado o ZEE essas áreas ficaram fora como áreas produtivas, então, têm muitas pessoas, hoje, que realmente não podem fazer nada nas suas propriedades, não podem vender porque desvalorizou muito porque é uma área com pretensão ambiental. Não podem investir mais porque têm medo de investir e chegar em um momento de a área ser criada, de ser criada essa reserva e perderem o investimento feito. E todo mundo sabe que o que sobrou para o estado é apenas 31% das áreas produtivas, não é?

E, gostaria também de falar sobre um assunto que o ex-ministro falou, que vem saindo nas mídias direto, que vou perguntar a ele qual a sugestão para o que nós parlamentares podemos fazer. Se podemos nos juntar com a bancada federal e senadores para tratar a respeito do Ibama. Todos aqui sabem que nosso estado tem mais de 67% de área preservada de domínio público, 67% das nossas matas já estão dentro dessas áreas, já estão preservadas. Sou a favor de respeitar o meio ambiente, porque o meio ambiente é responsabilidade de todos nós. Temos que preservar nossos rios e igarapés. Temos que proteger o meio ambiente que é uma obrigação nossa. O meio ambiente é nosso. Vou dar um exemplo de um produtor lá de Caroebe que me pediu ajuda. Antigamente, dependendo do fiscal do Ibama que chega na propriedade, ele diz que recebeu uma denúncia e entra na propriedade, ninguém sabe de onde veio essa denúncia, se foi por telefone, por internet, ninguém sabe de nada, mas, o fiscal entra na propriedade. O código florestal diz que se você desmatou até 2008, está legal. Muitas vezes algum produtor não atingiu seus 20%, seus 50% ele vai e faz mais uma área. Hoje, o IBAMA está chegando nessas áreas pequenas, de agricultura familiar e estão multando, desde o primeiro marco até o final, embargando essa área, e quando eles embargam essas áreas, eles dizem que o produtor tem que tirar imediatamente seu gado e tudo que tem dentro. Ele não pode ficar mais lá. E hoje, vemos que no estado de Roraima tem 4% só desmatado, muitas áreas já são legalizadas, muitas não são porque não têm documentos e nós temos que fazer um levantamento de quanto desses 4% já foram embargadas que não podem mais produzir nem criar gado. Então, nossa criação de gado vem aumentando, já aumentou de 800 para um milhão e pouco, mas, vemos que muitos produtores estão buscando trabalhar nas terras que já foram abertas, calcariando, adubando e aumentando a quantidade de gado sem desmatar. Então, lhe pergunto ministro, o que poderemos fazer? Quem é que tem poder sobre o IBAMA? O que podemos fazer para que eles não cheguem em qualquer propriedade arrebentando corrente e apreendendo motosserras, apreendendo bomba de veneno. Hoje, nem veneno você pode passar mais, porque se passar, eles apreendem e te multam. E, essa situação está assustando todo mundo. Não estou aqui incentivando ninguém a desmatar ilegalmente, e nem estou incentivando ninguém a fazer coisa errada, mas, a gente sabe que o estado de Roraima, muitas vezes foi omissivo, pois tem pessoas que moram no terreno há 10, 15, 20 anos, quer se documentar, vem e corre atrás dos órgãos, mas, não consegue. Então, estamos em um estado que vem crescendo, mas, na questão fundiária está muito atrasado e o IBAMA aproveita esse momento em que a terra não é

do estado e nem da União, está ainda nesse impasse, e já chega multando. O que é essa multa? É simplesmente para parar e frear o crescimento, a produção e a criação. Então, gostaria que Vossa Excelência desse uma orientação no sentido do que podemos fazer quanto a isso. Porque quando o IBAMA chega em uma vicinal o produtor se esconde com medo, porque quem era para ser protegido está sendo perseguido. Meu pai chegou em Rondônia em 85, o INCRA dava o lote e quando o cara desmatava 50% o INCRA dava outro, então, incentivava o produtor a produzir. E, hoje, esse mesmo produtor está sendo tratado como criminoso. Obrigado presidente.

O senhor presidente **Soldado Sampaio** – Pergunto se tem mais alguém que queira dar sua contribuição?

O senhor **Sebastião Kateretê** – Bom dia a todos. Sou Sabá Cateretê, Sebastião Quadros Maciel, quero aqui parabenizar o presidente Sampaio, a todos os deputados que se empenham e que lutam em prol do nosso estado de Roraima. E, também, quero dizer ao ministro Aldo Rebelo que também sou um grande fã seu por acompanhar sempre seu trabalho em defesa da Amazônia. O estado de Roraima precisa de mais palestras sobre a Amazônia e sobre nosso estado, porque aqui moram pessoas maravilhosas, pais de famílias e sempre o nosso país tem que se preocupar com todo o nosso Brasil e a Amazônia é dos brasileiros. E depois do que o senhor falou aqui, hoje, virei ainda mais seu fã. Gostaria que todos os prefeitos do interior, vereadores, deputados e senadores estivessem aqui, hoje, para levar essas informações a todos os seus municípios. Nós fortaleceríamos nosso estado e criaríamos um braço mais forte para lutar junto com o senhor em defesa da Amazônia. Quero parabenizar todos os deputados presentes nesta manhã especial, por estarem em defesa do estado de Roraima e também do Brasil. O Brasil é dos brasileiros. Parabéns ao nosso ex-ministro, parabéns ao deputado Sampaio e a todos que se fazem presentes neste momento, vereador Genilson, jornalistas e a todos os presentes. Quando a gente fala do Brasil, se todos estiverem juntos teremos mais força para lutar e, com certeza, nosso estado e nosso Brasil vão ter uma defesa mais forte lá fora. Obrigado.

O senhor presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado Kateretê.

O senhor **Márcio Boaventura** - Primeiramente, gostaria de parabenizar o presidente Sampaio e saudar de forma muito carinhosa o Dr. Getúlio Cruz. Foi um prazer reencontrá-lo, hoje, novamente, uma figura ilustre da política roraimense. Senhor Aldo Rebelo quero dizer que suas palavras são bastante reveladoras e a gente, realmente, precisa tomar conhecimento disso e até de forma surpreendente de algumas coisas. Mas, quero relatar aqui, também, historicamente, porque pude acompanhar durante a demarcação da Raposa/Serra do Sol, a rapidez com que as ONGs agiram, a facilidade com que os índios eram orientados naquela época. Inclusive, dizendo assim: para a gente conseguir algumas áreas pequenas, vamos fazer uma grande área de um milhão e setecentos mil hectares, porque na hora da decisão nós seremos prejudicados e vamos ficar com pequenas áreas e no final foram demarcados um milhão e setecentos mil hectares. E, lembro que na época, vamos dizer assim, os brancos da época, talvez aqui em Roraima ninguém acreditasse que isso seria possível. Lembro que foi sugerido ao governo do estado na época, o saudoso Governador Ottomar, que contratasse um antropólogo para tentar elaborar uma tese para contradizer a Funai, quanto a questão da demarcação. E, isso não foi feito porque o governo achou desnecessário contratar um técnico para elaborar um discurso ou uma defesa para tentar combater a demarcação. E, finalizo, dizendo que eu, recentemente, decidi criar uma ONG, está em início de procedimento essa ONG, e, o nome será ONG Buritit, para discutir meio ambiente e cidadania. Mas, já assumo um compromisso aqui, depois da sua fala, que realmente, a gente precisa marcar posição, que essa ONG terá o mesmo nome, ONG Buritit, mas, terá como slogan "A Amazônia é do Brasil". E, a gente vai fazer um trabalho nessa defesa para contrapor essa postura dos governos. Obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Alguém da Mesa quer deixar alguma contribuição? Nosso Conselheiro Brito, ex-deputado e vaqueiro, o homem em defesa da PEC da vaquejada, saiu aqui com seus arreios, acampou em Brasília, ministro Aldo, e só saiu de lá quando aprovou a PEC em defesa da vaquejada.

O Senhor Conselheiro **Brito Bezerra** – Boa tarde a todos. O vaqueiro deixo por conta do nosso nobre presidente Soldado Sampaio, a quem parabenizo por tornar esta casa cada vez mais democrática, de verdade, é a casa que é a ressonância da sociedade roraimense. Quero em seu nome cumprimentar todos os deputados aqui presentes. Em nome do nobre ex-governador Dr. Getúlio, cumprimentar todos da Mesa e dizer da importância que tem essa palestra, esse evento de hoje, para todos nós da Amazônia. O ex-ministro Aldo Rebelo é realmente um cidadão brasileiro, um grande patriota e de uma sapiência admirável. E, o tema hoje, aqui ministro, que o senhor discorreu é essencial para todos nós da Amazônia e em especial, ainda mais, a todos nós roraimenses. Nós

temos sofrido ao longo dos anos com uma política que nos aprisiona, nos diminui, nos deixa quase que totalmente dependente do federalismo nacional. Precisamos reagir. E como reagir? Eu gostaria de deixar aqui um encaminhamento nobre presidente Soldado Sampaio, que a classe política desse estado defenda em especial, citando aqui como parâmetro o livro do nobre ministro, o quinto movimento, defenda o primeiro movimento. O movimento da soberania do nosso estado de Roraima. Se o Executivo Nacional não defende a soberania da Amazônia porque quer partilhar, e, quem partilha divide forças. Nós, roraimenses, nós, amazônidas, devemos tomar a frente e buscar em um movimento político orquestrado com os senhores vereadores, com os senhores prefeitos. E, aqui, cumprimento o prefeito André Castro, do Cantá, com os deputados estaduais, que procurem a bancada federal do nosso estado para que possamos definir e decidir de vez a soberania do estado de Roraima. Os tribunais de contas do Brasil têm um papel fundamental na gestão pública, hoje, os tribunais não atentam apenas para no final do ano apreciar contas contábeis, não é um mero órgão contábil, nós também ajudamos e participamos das políticas públicas. E, quero aqui colocar o Tribunal de Contas do Estado de Roraima à disposição de Vossa Excelências e desse movimento que possa vir. Como brasileiro, defendo sim a soberania brasileira e como amazônida e roraimense que aqui estou, defendo que nós possamos nos mobilizar. E, como disse o nobre palestrante ilustríssimo, Aldo Rebelo, nós precisamos dizer, de uma vez por todas, deputado Gabriel Picanço, como Vossa Excelência colocou muito bem aqui, nem mais um palmo de terra, nenhum centímetro de terra pode mais ser tirado do povo do nosso estado, da nossa produção. Eu participo de um evento em Brasília, através do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) que é de ensinamento dos Tribunais de Contas, junto com a USP, é uma grande parceria e lá, nós temos muitas palestras de nomes nacionais e internacionais. Vou até sugerir o nome de Vossa Excelência para uma dessas palestras. E lá, nós ouvimos falar da Amazônia como se essas pessoas conhecessem a Amazônia, como se morassem na Amazônia, como se tivessem vindo à Amazônia e acham tudo muito lindo, muito belo e imaginam que nós respiramos o melhor ar, tomamos a melhor água, comemos ou nos alimentamos de forma tão natural, que todos eles gostariam de ter essa vida, mas não vêm sequer conhecer, imagine morar. Quer desfrutar de todos esses elementos bonitos da natureza sem que nós possamos ser, de alguma forma, compensados. Eles precisam saber da efetividade que nós queremos aqui, morar, viver e sobreviver da nossa terra, das nossas riquezas com o direito a exploração delas de forma, como disse o deputado Eder Lourinho, de forma a comungar com a Constituição, com a legislação. Nós não queremos estar às margens, queremos estar dentro das quatro linhas da Constituição, sermos entendidos, vistos e considerados, de uma vez por todas, como cidadãos brasileiros que nós somos. Muito obrigado. Muito bem-vindo a Roraima. Vossa Excelência é um presente de Alagoas para o Brasil, como o deputado Sampaio é um presente do Maranhão para o nosso estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado! Eu quero dar por encerrada as contribuições. Eu vou deixar a contribuição do Ionilson para a entrega da comenda.

O Senhor **Ivo Galindo** - Boa tarde a todos. Sou Ivo Galindo, eu represento, aqui, o Instituto Labra (Instituto Amazônia do Brasil). Quero, inicialmente, parabenizar o presidente da Assembleia, deputado Soldado Sampaio, por essa iniciativa, em nome de todos os presentes, à mesa; ao doutor Getúlio Cruz, ex-governador com quem eu tive a honra e o prazer de trabalhar no grupo Folha de Boa Vista. Ministro, é unanimidade a sua capacidade, a inteligência, a sua defesa pela Amazônia brasileira.

Tive a oportunidade de entrevistá-lo atuando na área de jornalismo, em suas vindas, aqui, ao estado de Roraima. De forma macro e estratégica, o senhor colocou alguns pontos, aí, do que a classe política, sobretudo, a sociedade civil organizada pode fazer na defesa da soberania da Amazônia. Em relação ao desenvolvimento sustentável, eu queria ouvi-lo, sobre o quanto é importante, o quanto o senhor vê de importância na capacitação na assistência técnica e no apoio direto a quem está promovendo esse desenvolvimento, que é sobretudo aqueles pequenos produtores rurais, aqueles ribeirinhos e também os povos indígenas. Eu queria fazer essa pergunta: como o senhor vê a capacitação, o preparo dessas pessoas para o desenvolvimento sustentável?

E aproveitando o amigo Ionilson, ex-deputado, parabéns pela iniciativa, por essa homenagem. Parabéns a todos. Hoje, Roraima ganha, o Brasil ganha, a Amazônia ganha. Obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, Ivo, pela contribuição. Eu quero devolver a palavra ao ministro Aldo, de alguma forma fez algumas anotações aqui, e deve, minimamente, responder as contribuições ora feitas por todos os senhores aqui. Com a palavra o ministro Aldo.

O Senhor **Aldo Rebelo** - Eu procurarei ser breve, presidente Sampaio. Agradecer, em primeiro lugar, as palavras aqui da deputada Aurelina, que já se retirou, do deputado Eder, do deputado Coronel Chagas e do deputado Gabriel. Agradecer também as referências, aqui, dos demais oradores e dizer o seguinte: no caso da demarcação de áreas indígenas, quando eu era líder do governo, eu criei uma comissão para verificar a demarcação da Raposa Serra do Sol. Entreguei a relatoria a um deputado do PT do Rio de Janeiro, que jamais poderia ser acusado de proteger interesse de fazendeiros ou coisa parecida, o deputado Lindbergh Farias. O deputado do Paraná presidia a comissão e ele foi o relator. Esse relatório está disponível na internet. O relatório é uma denúncia grave de tudo que foi dito, aqui, das manipulações; índios que foram trazidos da Guiana para ampliar a demarcação dessa área; aldeias que foram redistribuídas para que as áreas fossem ampliadas; funcionários dos grupos de trabalhos organizados para fazer o inventário demográfico, inscritos como indígenas. Tudo isso está no relatório do deputado Lindbergh Farias. Ouvimos um perito que foi indicado pela justiça federal, um professor da Universidade Federal de Viçosa, que esteve aqui em Roraima como perito da justiça federal, que testemunhou nessa comissão e o mesmo relatório também foi produzido pelo Senado, por outro senador do PT, o senador Delcídio Amaral, com as mesmas conclusões da comissão da Câmara. Eu até disse na época que no dia em que essa demarcação fosse investigada, muita gente iria para a cadeia como fraudadores, aliás, os responsáveis por isso nunca foram encontrados, nunca quiseram oferecer um depoimento sobre isso.

Então de fato é a crônica iniciada lá atrás pelos britânicos quando se apropriaram de 30 mil quilômetros de Roraima, usando e manipulando, como fizeram sempre os impérios dentro do próprio país, dividindo o país usando a minoria nacional contra a maioria nacional. É isso que acontece até os dias de hoje. Eu tenho a lembrança e esse relatório como é um relatório público, pode ser encontrado na internet; o relatório sobre a Raposa Serra do Sol do deputado Lindbergh Farias e o relatório da Raposa Serra do Sol do Senado.

O deputado Frankemberg fez parte da comissão e lembra disso, né? Você lembra desse relatório? Lembra dessa conclusão? O presidente era o deputado Micheletto, do Paraná e o relator, o deputado Lindbergh Farias. Então, está como parte da nossa história viva, da manipulação e do uso de uma causa humanitária justa, que é a causa indígena, que é o que se chama de corrupção da virtude. O que é a corrupção da virtude? É quando você usa uma causa humanitária justa com objetivos que não são nem humanitários e nem justos, tá certo? É a corrupção da virtude. Você manipula causas. Meio ambiente é uma causa justa, defesa dos interesses indígenas é uma causa justa, democracia é uma causa justa. Direitos humanos é uma causa justa, mas você usa essas causas com objetivos que não são nem justos nem humanitários e a isso se dá o nome de corrupção da virtude; é uma tragédia. Pois bem, o Ibama, hoje é uma autoridade completamente fora de controle. Eu vejo aqui a atuação na Amazônia, a arrogância, o abuso de autoridade.

Eu vi um caso de uma proprietária lá em Boca do Acre, no Amazonas, eu estive com ela, a propriedade dela - ela falou em uma reunião que eu fiz, ela me falou: minha propriedade vale 30 mil reais, eu recebi uma multa de 60 mil. Ela é tão pobre que o fiscal que foi lá entregar a multa deixou o dinheiro da passagem para ela ir até a Boca do Acre, para fazer o seu depoimento. Andar 10 quilômetros a pé, uma mãe solteira com vários filhos, o depoimento dela é comovedor. Estava na roça, cuidando do arroz e da mandioca e chega os filhos: “mãe, tem uns homens armado aí, dizendo que a senhora é bandida, que a senhora é criminoso”. Essa mulher foi levada às barras dos tribunais pelo Estado brasileiro, sobrevivente, mas isso se reproduz, infelizmente, aqui.

Então, eu creio que há... eu disse: tem que recorrer também ao judiciário, é preciso que o judiciário seja mobilizado para conter, para bloquear, ou contrabloquear essas ações, dessas corporações do estado brasileiro, o Ibama, o Ministério Público, muitas vezes com o apoio da Polícia Federal, está certo? E o estado, também tem que usar da sua autoridade, principalmente os poderes que são eleitos, que são o Executivo e o Legislativo, que trazem a legitimidade do voto, da autoridade do povo.

Eu vou enviar, aqui, aos cuidados do prezado presidente Sampaio, um livro que eu escrevi sobre a Raposa Serra do Sol. Eu escrevi vários artigos, publiquei no jornal Estado de São Paulo, entrevistas e na época eu era ministro do presidente Lula, e disse em uma reunião de ministros que era um grande erro, porque o processo de demarcação, ele primeiro é no Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça é quem faz o Decreto de Demarcação, depois isso vai para o presidente da República, lá na Casa Civil, que é quem homologa.

Na verdade, o Decreto de Demarcação, da Raposa Serra do Sol, foi do governo do presidente Fernando Henrique, e eu conversei, inclusive,

com o responsável por isso na época e disse: “olha, nós não tínhamos nem recurso para constituir os grupos de trabalho para fazer o inventário, para fazer o levantamento demográfico, precisa dessas equipes”. Eles não tinham dinheiro. Sabem de onde veio o dinheiro para constituir os grupos? Da Alemanha. O dinheiro veio da Alemanha, e o ministro da época foi informado que o dinheiro estava depositado. Isso de um dia para o outro. Aí eu falei como ministro: “mas você foi lá?” Ele disse: “meu amigo, fazer o quê? É uma decisão de governo, ou eu saía do governo, ou eu fazia. Era uma decisão do Governo da presidência da República, não adiantava eu, ou eu saía ou era feita a demarcação”. E na época o presidente Lula, relutou, porque na coordenação de governo - porque eu era da coordenação do governo, que era os ministros que despachavam no Palácio do Planalto- a posição minha e a posição do ministro Zé Dirceu, foi no sentido de que não fizesse por área contínua, fizesse por ilhas e ele levou em conta, nos ouviu, mas aí, foi pressionado pelo Itamaraty e na época o ministro da Defesa disse não, você não tem nada a ver com isso, não tem problema nenhum e aí, terminou fazendo a homologação e quando teve a decisão também do Supremo, do ministro Ayres Britto, e também desconsiderou qualquer pressão internacional. Teve a visita do príncipe Charles, teve uma coisa assim, é uma crônica deplorável da nossa história política, da nossa diplomacia e assim por diante.

Então eu acho que nesse caso é preciso, essas áreas pretendidas, que foram apresentadas, aqui no mapa do Francisco Pinto, é preciso ver juridicamente em que status, ou em que estágio elas estão. Tem alguma que já tenha decreto de marcação? Se tem decreto de marcação, deve já ir para a Casa Civil para homologar. Hoje é o Dia Nacional do Índio, foi criado em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas. E hoje, também é o Dia do Exército Brasileiro, para celebrar a vitória, a batalha de Guararapes de 19 de abril de 1648, quando o Brasil escolheu que seria um só, e não três ou quatro, um holandês, um francês, um português e outro não sei o quê. E o general Zenildo, ministro do Exército com o presidente Itamar Franco, decretaram que o dia do exército é essa vitória lá dos Guararapes. Então, era preciso lembrar essa efeméride. Então é preciso fazer um levantamento e a minha sugestão é essa: é que os poderes aqui, as instituições do estado lideradas pela Assembleia, o Governo do Estado, o Tribunal de Contas, sei lá, a OAB, seja lá quem for, dizer: “Oh! Não aceitamos mais, isso aqui chegou no limite”, ou então, o seguinte: não tem mais instituição que tenha autoridade no estado, porque vai se vai governar o que exatamente? Vai governar 5% do estado? Governar 4% do estado? E assim mesmo esses 4% ou 5% submetidos nessa pressão, porque essa pressão, teve uma entrevista no dia 8 de março, entrevista no jornal Valor Econômico do presidente do Ibama, que é um ex-prefeito lá de Bauru em São Paulo. A declaração está lá, eu fiz um comentário, dizendo que aquilo era um escândalo. O presidente do Ibama declarou que a Amazônia ia ser tratada pela política de comando e controle. Está lá no jornal Valor Econômico, antes dessas operações de embargo serem desencadeadas. Eu disse: “comando e controle, no jargão do Ibama, é atuação, multa e embargo”, sempre foi assim. Isso não é política de meio ambiente, não pode ser, principalmente em uma área onde o pretexto é de que as propriedades são irregulares, mas são irregulares porque o governo deu a posse e nunca deu o título.

Essas pessoas vieram parar aqui, trazidas, ou estimuladas pelo governo, quando se dizia que havia uma terra sem homens para homens sem-terra, e que era preciso integrar para não entregar. Eu lembro disso, minha mãe ficou uma jovem viúva com 27 anos, com 8 ou 9 meninos, e eu era o mais velho com nove anos, e os amigos diziam: “Dona Sila, vá para a Amazônia, que o governo tá pagando três, quatro, cinco vezes o salário de uma professora”. Eu lembro dessa conversa, eu dizia: “tomara que a minha mãe vá para Amazônia”. Porque eu tenho essa dívida afetiva com meu pai que foi soldado da borracha, mas sobreviveu; dos 60 mil sertanejos que vieram parar aqui, 30 mil morreram na Amazônia, soldados da borracha, que, aliás, um dia serão reconhecidos como combatentes. E, no dia que foram reconhecidos no Brasil, será um dos quatro ou cinco países a somar perdas durante a Segunda Guerra Mundial. Pois bem, tem essa declaração do rapaz do Ibama, sobre a qual eu disse: “mas ele deveria ser imediatamente acionado pelo Congresso, pelo Judiciário. Você não pode fazer uma declaração dessas”. Que uma ONG faça, tudo bem, agora o presidente do Ibama dizer que vai tratar a Amazônia com comando de controle! é essa a política que o Estado Brasileiro tem para Amazônia? Não. E a consequência é essa, ele está colocando em prática o comando e controle, que é embargo, porque pouca gente tem o título. Então, se você não está com a sua posse definitiva, tudo que você fizer é irregular.

Como disse um proprietário lá na Amazônia, ele disse: olha, o governo ensina você a dirigir, mas confiscou o documento do carro, e a sua carteira está confiscada”. Então, eu creio que é preciso, a minha sugestão ao pessoal da bancada da Amazônia é a seguinte: faz uma um pacto com o

governo para fazer uma trégua, e durante dois anos examinar o que é que vai fazer, porque o Incra não tem estrutura para regularizar essas áreas, o Incra não quer, porque o correto seria municipalizar regularização. Municipalizar a saúde, não foi bom? Municipalizou a educação, e teria que municipalizar a regularização fundiária, e o governo dar os recursos para prefeituras promoverem isso, contratar trabalho de extensão rural, recolher nas faculdades os meninos da área de agricultura, agronomia, floresta, e com esse pessoal fazer o trabalho de regularização. Mas, não há disponibilidade, sabe por quê? Porque a regularização consolida a presença e a atividade econômica na Amazônia que eles não querem. Essa que é a questão, por isso que não há esforço para a regularização. Mas eu acho que o estado deveria, eu conversei isso na época com o presidente Lula e com o governador o Brigadeiro Ottomar. Eu disse: “já confiscaram essa área, pelo menos devolvam a parte da União para o estado de Roraima”.

Então é isso, e o desenvolvimento da agroindústria, que é uma perspectiva muito boa... eu falei para o pessoal lá do Pará, que está produzindo uma indústria ali de cacau, a maioria já é exportado. Eu disse: “vamos fazer a marca do cacau da Amazônia, vamos tomar aqui os produtos da Amazônia e vamos fazer uma feira dos produtos da Amazônia em São Paulo. Vamos falar com a Fiesp, com o Sebrae, para levar as nossas marcas, o que nós tivermos para São Paulo”, e depois eu disse: “vamos falar com o pessoal da China, com a embaixada, ver se a gente faz uma feira dessa em Xangai”. Se o chinês resolver comer uma grama de cacau por ano, não vai ter Cacau suficiente na Amazônia (risos), mas cada estado tem alguma coisa a apresentar, e criar essas marcas da Amazônia, que são muito fortes. Tanto é que eles criaram essa marca Amazon, que hoje é uma gigante de tudo, que vende de tudo ali, qualquer coisa que você entrar ali tem, não foi criada a Amazon por acaso, é por causa disso aqui. É isso aqui que foi criado. Bem, mas uma vez muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Brigado, ministro. Vou passar para fazer a nossa homenagem ao Ministro.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Presidente, peço ao Francisco para responder a respeito da Flonas.

O Senhor **Francisco dos Santos Pinto** – A questão das Flonas, na verdade, acho até que me referi muito rapidamente ali, das quatro unidades previstas ali, seja para a criação ou seja para ampliação, na verdade você não tem... são quatro, quatro unidades ambientais, é ampliação de Maracá, ampliação de Viruá, criação da Flona Jauaperi, e criação da Flona Parima, lá ali no finalzinho do mapa. Essas quatro, na verdade, são pretensões de um decreto Federal, que era a condição para repassar as terras para Roraima. Acho que a gente acabou perdendo o timing, como diz, o tempo, porque para resolver o problema todo de Roraima, dessa celeuma aí, dessas quatro situações, nós precisávamos mudar a alínea “d” do parágrafo 1º desse Decreto Federal 6754. Não era nem revogar o decreto, que em uma canetada do presidente, ali você retiraria, você resolveria o problema inteiro de Roraima, mas isso não foi feito. Só que hoje, quando você vai no Incra, e aí, Glicério me ouve aqui, quando você vai no Incra hoje, aí o Incra diz assim: Você deu entrada no processo? Aí, o Incra diz assim: na verdade, essas áreas são repassadas para o estado. Aí, você vai lá no Iteraima e o Iteraima diz assim: nego ou indefiro o processo, porque sobrepõe a flona Jauaperi ou a flona Parima.

Cadê a flona? Cadê o decreto que criou? Cadê o decreto de lei? Cadê a lei que criou? Não existe, o que existe é uma pretensão e equivocadamente, o Iteraima por exemplo, nem poderia, isso evidentemente, é uma crítica construtiva, porque meus colegas sabem disso. O Iteraima, do ponto de vista legal, não poderia dar parecer nenhum, por quê? Porque se trata de uma área da União. Se alguém tinha que dar o parecer, era o Incra, mas não tem decreto. Então, hoje, por não ter nenhum ato do poder público que efetivamente criou, ela nada mais é, essas quatro áreas, do que pretensão. Não se pode negar, andamento de processos de licenciamento, até que alguém me convence, evidentemente, do contrário, em virtude de que isso se sobreponha a flona Parima e flona Jauaperi, ou qualquer que seja outra área. No momento em que criar, sim, aí há justificativa legal, até lá, não, não existe justificativa legal para se negar andamento de licenciamento nessas áreas.

Em relação àquelas unidades, aliás, as terras indígenas, na verdade, de todas aquelas áreas, somente o Pirititi. Sobre Pirititi tem uma portaria para se fazer análise se é possível criar ou não. Só a portaria do grupo constituído, ministro Aldo, só a portaria do grupo de estudo já trava a área. As outras áreas ali, exceto Pirititi, nenhuma tem nem portaria. O que há é um protocolo que houve, ainda, inclusive antes de 2019, houve um interesse de alguém que foi na Funai, disse assim: “olha, a gente quer que amplie aqui, a gente quer que crie ali”, mas isso não passou do interesse. O problema é que quando você ia, até depois de muita crítica, o pessoal tirou do Sigef, mas até 2019, você ia lá só com um pedido, com um protocolo, já parecia no Sigef, apesar de não estarem travadas, mas já

aparecia no Sigef, depois de muitas críticas eles tiraram. Hoje, você vai lá, não tem, só Pirititi, então esse já é o status, o porquê da atenção desse negócio. Eu chamei a atenção no mapa, porque hoje, não é, mas amanhã, pode vir a ser

Então é aí que tem que ter atenção. A minha fala, é bom que fique muito clara, minha fala não é no sentido de uma crítica as terras indígenas e áreas ambientais, de jeito nenhum! Evidentemente, eu me defino como humanista, acho que nós precisamos encontrar uma saída entre o desenvolvimento e a conservação ambiental. E, por que que eu falo conservação? Porque nós não podemos trazer o discurso da preservação ambiental, que é aquele negócio da produção integral, que é intoxicado. Nós temos que ter o discurso da conservação ambiental. Equilibrar o desenvolvimento com a conservação ambiental, é o nosso grande desafio. E aí, se eu acho o principal fundamento, principal desafio, e a batalha, deputado Eder Lourinho, é sua, inclusive na qualidade de presidente da Comissão de Meio Ambiente, para trazer mais discussão, nesse sentido.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, Francisco. Vamos passar para as honrarias, mas antes de passar ministro Aldo, acatando o encaminhamento feito pelo senhor, pelas contribuições que foram dadas, nós vamos sim, criar um fórum, deputado Armando, já pedi a contribuição dos parlamentares, um fórum no amplo estado de Roraima, deputado Gabriel, envolvendo nossos prefeitos, envolvendo a Assembleia, nossos vereadores, o setor produtivo, e fomentar esse debate, nos preparar para esse fórum ambiental de Belém. Nós precisamos estar lá. Não adianta ficar alheios, temos que participar, acampar, fazer o que for necessário para nós não sairmos desse fórum com uma canetada dada por todas as nações. E, será muito pior do que os fórum que já aconteceram no mundo afora, porque a gente corre o risco de dentro da própria Amazônia, de já sair desse fórum aí com a internacionalização da Amazônia.

Então, precisamos nos mobilizar. É um compromisso nosso, dessa mesa, nesse sentido. Quero convidar o deputado Gabriel, o deputado Chagas, e os demais deputados que fazem partes do Parlamento Amazônico; vamos chamar a deputada Edna, fazer um fórum. Já lhe antecipo o convite, de preferência no Amapá, ou aqui, no Parlamento Amazônico, reunir todas as Assembleias do norte do país, da região Amazônica, Gabriel, levar essa discussão para a Unale. Agora, mais do que ninguém, eu quero disputar a presidência das Assembleias, e nós não vamos nos ausentar desse debate.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente, nós vamos fazer um convite ao ministro Aldo, quando nós tivermos a reunião do Parlamento do Amazônico, onde estarão os representantes dos nove estados da Amazônia, já convidar ele para fazer uma discussão dessas.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Nós vamos chegar lá e tomar de conta daquele fórum, e conduzir a discussão. Têm muitas discussões importantes, Zona Franca, outras discussões relevantes, que nós fazemos no Fórum Amazônico, mas essa discussão do Parlamento Amazônico, vamos dizer, é um preparativo por parte de todas as Assembleias, para nós estarmos juntos, de maneira organizada, nesse debate. Naturalmente, acredito que o ministro vá aceitar o nosso convite.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Aqui para corroborar com as palavras do nobre deputado Gabriel, e já agradecer e prestigiar o nosso ex-ministro Aldo Rebelo, que, de maneira muito humilde, desde ontem, está andando com a gente e vem se mostrando um amazônida por natureza. Todo o seu conhecimento, toda a sua expertise na vida política, na vida como profissional, mostra o conhecimento que ele tem da nossa região. E, eu acho que todas as discussões, incluindo meu chefe e vice-reitor da Universidade, Silvestre, vaqueiro também, né Silvestre? Silvestre ele é vice-reitor da Universidade, da qual sou concursado da Universidade, como professor do Curso de Medicina, e incluir a Universidade Federal nessas discussões também, incluir o meio acadêmico nessas discussões. Hoje, nós tivemos um bellissimo dia, uma aula sobre geopolítica, sobre relações internacionais, e me sinto engrandecido por ter tido a presença do senhor hoje, aqui, no Parlamento, enobrecendo, ainda mais, esta Casa. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Obrigado. Agora a Sílvia, que é nossa aniversariante do dia. Parabéns, Sílvia pela data especial, nossa chefe de cerimonial. Aliás, a melhor chefe de cerimonial de todas as Assembleias do Brasil.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**- Com a sua autorização, antes de entregarmos essa medalha, vamos cantar os parabéns para a Sílvia, porque ela merece, presidente. (Parabéns à Sílvia Macedo)

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Parabéns, Sílvia. Eu passo a condução da honraria para o Mestre de Cerimônias.

O Senhor Mestre de Cerimônias **Renato Barbosa** - Neste momento, procederemos a entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima ao senhor José Aldo Rebelo Figueiredo, e em ato

seguido haverá também uma homenagem da Câmara de Vereadores de Boa Vista.

Nós convidamos o ex-Deputado Ionilson Sampaio, autor da indicação que dirigirá algumas palavras.

O Senhor **Ionilson Sampaio**- Boa tarde a todos. Eu serei breve, até pelo adiantar da hora, senhor presidente. Quero mais uma vez parabenizá-lo pela condução desta Casa, pelos debates que Vossa Excelência tem promovido, pelas discussões, todos temas muito importantes para a sociedade roraimense. Agradecer também ao ministro Aldo por estar sempre presente. Muitas vezes, ministro, nos nossos pedidos de socorro. Alagoas nunca se furtou, presidente Sampaio, em nos dar homens de fina estirpe. Para quem conhece bem a história, a gente pode lembrar do marechal Floriano Peixoto, marechal de fé, Teotônio Vilela. Enfim, homens que debatiam e debatemo o Brasil, fazem política e faziam com P maiúsculo, e Vossa Excelência é um desses representantes, ministro Aldo. Então, quero dizer que apesar dessa comenda ter lhe sido concedida pelo povo de Roraima há 18 anos, ela, hoje, é mais atual, ela é mais legítima do que quando ela foi concedida, porque Vossa Excelência continua expoente nesse debate, continua defendendo os seus pontos de vista de forma muito clara, democrática e hoje, você é um filho de Roraima, que foi adotado por essa sociedade. Então, nós agradecemos. Fico lisonjeado com a presença de Vossa Excelência. Acredito que toda a sociedade roraimense também. Seja bem-vindo, sempre e parabéns.

O Senhor Mestre de Cerimônias **Renato Barbosa**- Título Cidadão Benemérito do Estado de Roraima, concedido pelas Leis n. 061/1994 e 303/2001, àqueles que prestaram relevantes serviços ao Estado de Roraima, contribuindo com ações em favor de obras de relevante valor social, tendo se sobressaído além da esfera de seus deveres e buscando melhorias para a sociedade roraimense.

O nome do senhor José Aldo Rebelo Figueiredo teve a indicação do ex-deputado Ionilson Sampaio, por meio do Decreto Legislativo n. 03/2010. José Aldo Rebelo Figueiredo, nascido em Viçosa, estado de Alagoas, ex-ministro da Defesa, da Ciência, Tecnologia e Inovação e dos Esportes. Jornalista, escritor, deputado federal pelo estado de São Paulo por cinco mandatos e foi presidente da Câmara Federal de 2005 a 2007. Conselheiro do Centro Brasileiro das Relações Internacionais. Conhecido por suas propostas nacionalistas. Foi um dos principais articulistas do novo Código Nacional Florestal Brasileiro. Como escritor, destacamos algumas obras: CBF Nike, livro realizado com o deputado Sílvio Torres, em 2001; Política de Defesa do Brasil para o Século XXI e Política Externa do Brasil para o Século XXI, ambos publicados em 2003. Os 2 (dois) livros são uma coletânea das palestras proferidas nos seminários sobre defesa e relações externas. Forças Armadas e Soberania Nacional, a reedição da coletânea com novos artigos, sobre o papel das forças armadas. Reforma Tributária - Temas e Dilemas, publicado em 2008 com o Professor da Unesp-Universidade Estadual Paulista, Luiz Antônio Paulino. Raposa-Serra do Sol: o índio e a questão nacional, coletânea do ministro publicada em 2010.

Por sua extensa vida pública, com sua contribuição como ministro e político renomado, convidamos o senhor José Aldo Rebelo Figueiredo para receber a comenda Cidadão Benemérito do Estado de Roraima das mãos do presidente desta Casa Legislativa deputado Soldado Sampaio, juntamente com o autor da indicação, o ex-deputado Ionilson Sampaio.

Convidamos o presidente da Câmara de Vereadores de Boa Vista Genilson Costa, para fazer uso da palavra dirigindo-se ao homenageado

O Senhor **Genilson Costa**- Boa tarde, conselheiro Brito, presidente Sampaio, em nome do qual quero agradecer e registrar a presença de todos os deputados aqui presentes. Em nome do conselheiro Brito, a presença do ilustre presidente do Tribunal de Contas Célio Wanderley, que já teve outro compromisso; secretários estaduais; vereadores de Boa Vista: inspetor Mangabeira, Kleber Siqueira; vereadora Dila, presidente da Câmara de Pacaraima, que muito nos honra; senhor Getúlio Cruz; prefeito André, Município do Cantá, representando os prefeitos. Hoje é um momento ímpar para o nosso Estado. Confesso que é a primeira vez que venho a esta casa para um evento dessa magnitude. Confesso também que é a primeira vez que vejo de perto o ex-ministro de três ministérios, ex-vereador de São Paulo, cinco mandatos na Câmara Federal, presidente da Câmara Federal e líder do Governo. Com muito orgulho eu sairei daqui ouvindo uma palestra que me fez lembrar, Soldado Sampaio, do nosso eterno e saudoso Ottomar, que falava com o coração. O ministro Aldo Rebelo falou, como bem diz o saudoso Ottomar, que o melhor discurso é aquele que sai do coração, e eu vi daqui, a um metro de distância, o desejo dele de ver as coisas acontecendo na nossa Amazônia. E, quando se fala de números nessa cabeça tão pensante, me fez lembrar também do nosso atual governador Antônio Denarium, que tem um computador dentro da sua cabeça. É com muito orgulho que hoje,

na pessoa de presidente da Câmara, venho aqui para esta homenagem para entregar o título de Cidadão Boa-vistense ao senhor ex-ministro ex-deputado e ex-vereador Aldo Rebelo, uma proposta, um projeto de decreto de 13/04/2011, de autoria do ex-vereador Dunga. Uma honraria de honra ao mérito Rio Branco. Fico feliz por participar e entregar às mãos desse homem, já mencionado pelo amigo Gabriel Picanço, e que profetize, pela fala dele, podemos ter a certeza de que ele nunca, se um dia chegar ao mais alto patamar do nosso país, irá vender nossa Amazônia.

Parabéns, Aldo Rebelo. Parabéns, presidente Sampaio, por este momento ímpar para o nosso País, para o nosso estado e para o nosso município de Boa Vista. Parabéns, Ionilson, por sua iniciativa, lá atrás, quando era deputado.

Parabéns a todos, ex-deputado Frankembergen, ex-deputado, agora conselheiro Brito Bezerra; deputado Cláudio, deputado Coronel Chagas, esposo da minha primeira-secretária vereadora Aline. parabéns pela sua presença Eder Lourinho, meu vizinho, vizinho do presidente Sampaio e Gabriel Picanço, dispenso comentários. E parabéns, mais uma vez a aniversariante do dia. Trinta e três anos de Casa Legislativa e hoje merece todos os parabéns de todo o nosso Estado. Parabéns, Silvia. Um beijo e um abraço a todos vocês.

O Senhor Mestre de Cerimônias **Renato Barbosa**- A Câmara Municipal de Boa Vista, pelo Decreto n. 501, de 13/04/2011, autor Edinaldo Cardoso, Dunga, concede o título de cidadão boa-vistense e medalha de honra ao mérito ao deputado federal Aldo Rebelo pelos relevantes serviços prestados ao estado de Roraima, pela sua atuação como parlamentar, escritor, pesquisador e jornalista. O Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, faz saber que a edilidade aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo. Artigo 1º: "Fica concedido o título de Cidadão Boa-Vistense e a Medalha Honra ao Mérito ao deputado federal Aldo Rebelo, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Roraima, pela sua atuação como parlamentar, escritor, pesquisador e jornalista.

Convidamos, portanto o homenageado Aldo Rebelo para receber a Comenda. Convidamos também o presidente da Câmara, Genilson Costa, acompanhado da vereadora Dila, de Pacaraima, e do Vereador Daniel Mangabeira, de Boa Vista, para procederem à entrega desta comenda.

Senhoras e senhores a saudação ao homenageado. Fará uso da palavra para as suas considerações finais, o presidente desta Casa, deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Queremos mais uma vez registrar nosso agradecimento a todos vocês, que acompanharam esta Sessão Solene Especial, onde tivemos a palestra ministrada pelo professor Francisco Pinto e pelo ex-ministro Aldo Rebelo. Tiveram aqui presentes nas galerias os estudantes e todos aqueles que estão acompanhando esta sessão especial através da TV Assembleia, Rádio Assembleia e também das nossas redes sociais.

Quero agradecer também a toda a nossa mesa de autoridades, agradecer também ao professor Getúlio pela presença, professor reitor da Universidade; Frankembergen, Glicério, Marcelo, representante do Iater, a nossa Universidade Federal, aqui através do nosso Vice-Reitor; vereadora Dila, vereador Daniel, vereador Genilson da Câmara Municipal.

Aldo, obrigado mais uma vez. Agora de fato você é cidadão roraimense e cidadão boa-vistense, e fala com autoridade como cidadão roraimense e boa-vistense.

Obrigado a toda a nossa equipe e dou por encerrada a presente sessão especial. Boa tarde a todos.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

== PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA == RESOLUÇÃO Nº 0329/2023

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE:

Art.1º Convalidar o afastamento do(a) servidor(a) **Aldeides Mourão de Jesus**, matrícula nº 27198, para viajar com destino a cidade de Rorainópolis - RR, saindo no dia 24/03/2023 e retornando no dia 26/03/2023, para participar da Audiência Pública que tem por finalidade discutir o 'Plano de trabalho exercício 2023, direcionado à agricultura familiar e agricultara familiar indígena'.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 03 de maio de 2023.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula nº 27012 / ALE/RR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 4676/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) ENOQUE MESQUITA DE FREITAS, matrícula: 26116, programadas para 02/05/2023 a 11/05/2023, referente ao exercício de 2023, por necessidade da administração, conforme memo nº 084/2023.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 04/07/2023 a 13/07/2023.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 02/05/2023.

Palácio Antônio Martins, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4677/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) EDSON LOPES DA SILVA FILHO, matrícula: 26882, programadas para 15/05/2023 a 29/05/2023, referente ao exercício de 2023, por necessidade da administração, conforme MEMO/SUPFIN/ALE Nº 61/2023.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4678/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) RENATO ALBANI RIBEIRO RINALDI, matrícula: 26892, programadas para 02/05/2023 a 31/05/2023, referente ao exercício de 2023, por necessidade da administração, conforme Memo nº 141/2023-SL.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 02/05/2023.

Palácio Antônio Martins, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4679/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) ROOSEVELT ALDEIR GUEDELHA DE FREITAS FILHO, matrícula: 21871, programadas para 03/05/2023 a 01/06/2023, referente ao exercício de 2022, por necessidade da administração, conforme Memo nº 085/2023/DIRADM/ALERR-RR.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 05/07/2023 a 14/07/2023, 08/11/2023 a 17/11/2023 e 26/12/2023 a 04/01/2024.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 03/05/2023.

Palácio Antônio Martins, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4680/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) VAN GREG COSTA DA SILVA, matrícula: 19427, programadas para **02/05/2023 a 31/05/2023**, referente ao exercício de 2023, por necessidade da administração, conforme Memo nº 086/2023 -PGA/ALERR.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 02/05/2023.

Palácio Antônio Martins, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4681/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANGELA SOUSA FARIAS, matrícula: **26527**, CPF: *****.819.602-**** do Cargo Comissionado de SA-VII Assessor(a) Técnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2023.

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4682/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RENATHA RAMYLLE SILVA XAVIER, matrícula: **25436**, CPF: *****.289.032-**** do Cargo Comissionado de SPI - XI Assistente Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2023.

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4683/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LETTYCIA CABRAL RODRIGUES, CPF: *****.445.382-**** no Cargo Comissionado de COL-I Assessor(a) Técnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de maio de 2023.

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4684/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUAN MAIK DINELLY ALVES, CPF: *****.001.092-**** no Cargo Comissionado de CM-VII Chefe de Grupo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 04 de maio de 2023.

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4685/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA LUCIMAR MESQUITA ALMEIDA, CPF: *****.403.002-**** no Cargo Comissionado de SC-VIII Chefe de Núcleo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de maio de 2023.

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4686/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOAO DE ALMEIDA PAIXAO FILHO, CPF: *****.209.002-**** no Cargo Comissionado de SA-VII Assessor(a) Técnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de maio de 2023.

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 4687/2023-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RYAN RIBEIRO PINHO DA CONCEICAO, CPF: *****.494.802-**** no Cargo Comissionado de SPI - XI Assistente Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de maio de 2023.

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2023.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362